



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

129^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.
13 de Junho de 2018.
(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. ROMEU MENDES DO CARMO (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom
2 dia pessoal. Bom dia gente. Bom dia. Bom dia. Vamos lá. É. Em primeiro lugar vou
3 me apresentar. Acho que a maioria não me conhece ainda. Eu estou recente na
4 Secretaria Executiva. Então o meu Romeu Mendes, eu estou como Secretário
5 Executivo do Ministério. É, então é um prazer estar com vocês aqui na minha
6 primeira reunião no CONAMA. A ideia é que o Ministro Doutor Edson Duarte
7 estivesse conosco, mas ele teve que cumprir uma agenda no Rio de Janeiro e
8 então, a gente vai tocar aqui representando ele. Eu acho que a grande notícia do
9 dia, eu acho que a maioria dos senhores já sabem, é que o nosso Ministro estava
10 interino e foi efetivado hoje. Então, saiu a nomeação efetiva dele. Então eu acho
11 que agente já começa o dia bem, né? Porque isso institucionalmente para o setor
12 é muito importante, porque legitima todo o trabalho que já vinha sendo feito na
13 nossa gestão, desde a gestão do Ministro Sarney. Então acredito que a gente
14 começou o dia muito bem. Então, a gente vai, o Ministro queria fazer em fala
15 sobre a revisão dos padrões de qualidade do ar. Mas como ele não está no
16 momento ele pediu, ele delegou que eu o secretário Jair Tannus fizesse essa fala
17 aqui no CONAMA. E ele conseguindo retornar do Rio de Janeiro em tempo, ele
18 gostaria ainda de passar aqui. Então ele vai fazer um esforço para tentar ainda
19 estar conosco aqui no dia de hoje. Então, abrindo a nossa sessão eu vou passar
20 para o secretário Jair Tannus, para que ele possa dar aí as palavras com relação
21 à qualidade do ar.

22
23

24 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR (DDS/MMA)** – Muito obrigado Doutor.
25 Muito obrigado ao Doutor Romeu Mendes. Secretário Executivo, aqui
26 representando o senhor Ministro Edson Duarte. Doutor Deusdará, que vai presidir
27 os nossos trabalhos na sequência. Doutora Sueli, Presidente do IBAMA. Doutora
28 Adriana Mandarino, diretora do CONAMA. Doutor Rafael, chefe da CONJUR.
29 Senhoras e senhores Conselheiros, eu aproveito essa oportunidade que nos é
30 oferecida, para ressaltar um tema premente na agenda deste Conselho. Eu me
31 refiro ao processo de atualização da Resolução CONAMA, número 03 de 28 de
32 junho de 90, que estabelece os padrões de qualidade do ar em curso desde 2014.
33 Os principais referenciais de controle da poluição atmosférica do CONAMA
34 encontram-se defasados. Novas evidências científicas requererem a sua
35 atualização imediata e compatível com a melhoria da qualidade do ar. Os dados
36 sobre os impactos da poluição atmosférica no meio ambiente e na saúde humana
37 são alarmantes. 9 em cada 10 pessoas no mundo respiram ar poluído. E
38 aproximadamente 7 milhões morrem anualmente, por causa da contaminação.
39 Especialistas alertam que em todo o Brasil 51 mil mortes por ano estão
40 relacionadas a poluição do ar. No Rio de Janeiro 36.194 mil mortes e 65.102 mil
41 internações na rede pública de saúde são atribuídas a poluição, sendo 14 mortos
42 por dia em todo o Estado, representando um gasto público de 82 milhões de reais
43 entre 2006 e 2012. Em São Paulo, a paralisação dos caminhoneiros revelou os
44 efeitos da poluição no ar. Em 7 dias da greve, as emissões de material particulado
45 em São Paulo caíram pela metade. Sabemos que os veículos pesados são

46 responsáveis por uma grande parcela das emissões de poluentes locais. E por
47 isso é necessário controlá-los. Todos os grandes mercados automotivos, Estados
48 Unidos, Canadá, Europa, Japão, Índia, Coréia do Sul, Turquia e México. Já
49 adotaram o Euro 6 como os limites de emissão veiculares em seus territórios. O
50 Brasil regula as emissões veiculares desde 1990, para mitigar a poluição urbana
51 nos níveis atuais é necessário implementar novas fases do PROCONVE, fazendo
52 o controle de emissões evoluir. A nosso ver, os desafios que ainda persistem para
53 reduzir as emissões veiculares e industriais vis-à-vis, os benefícios para o meio
54 ambiente e a saúde de população não devem impor limites ao necessário
55 aperfeiçoamento normativo. Os agravos a saúde, atribuídos a poluição
56 atmosférica incluem pneumonia, dados cerebrais, doenças cardiovasculares e
57 alergias respiratórias que atingem, via de regra, os mais vulneráveis, as criança,
58 os idosos e os mais pobres. Assim, convoco a todos os conselheiros para uma
59 atuação responsável, que é inerente a todos aqui, e diligente, buscando a efetiva
60 atualização dos padrões de qualidade do ar e a adoção de novos limites de
61 emissão veicular em níveis e prazos compatíveis com as mais altas expectativas
62 de proteção. Com este ímpeto, sinalizo que o Ministério do Meio Ambiente irá
63 buscar por meio do diálogo técnico aberto e instruído padrões de qualidade do ar
64 mais protetivos ao meio ambiente e a saúde da população brasileira. Da mesma
65 forma trabalharemos em conjunto com o IBAMA para fazer o PROCONVE dar o
66 necessário passo a frente. Vou acompanhar parte dos trabalhos aqui, ouvirei a
67 tribuna livre e depois terei que me ausentar para o cumprimento de agenda. Mas
68 estar aqui no plenário acompanhando os trabalhos e a disposição dos senhoras e
69 senhores Conselheiros para esclarecimentos e debates que se fizerem
70 necessários. A Doutora Leticia Reis de Carvalho, Coordenadora Geral de
71 Qualidade Ambiental e Resíduos da Secretária de Recursos Hídricos e
72 Qualidades Ambiental e Coordenadora de Comissão de Avaliação do
73 PROCONVE. Muito obrigado e desejo a todos um excelente dia de trabalho.
74 *(Palmas!)*

75
76

77 **O SR. ROMEU MENDES DO CARMO (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos
78 passar a palavra ao Raimundo Deusdará que vai comandar a nossa reunião.

79
80

81 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
82 doutor Romeu. Bom dia senhoras e senhores, Doutora Sueli, Rafael, Adriana, Jair.
83 Temos do ponto de vista de pauta, seria a apresentação de novos Conselheiros.
84 Adriana, por favor.

85
86

87 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Bom dia a
88 todos. São vários os nossos novos Conselheiros e nós já damos às boas vindas a
89 todos que estiverem presentes aqui. Pelo comando da Marinha, Rafael Teixeira
90 Cerqueira, pelo Ministério da Integração, Davi Tadeu Borges Marvel.

91

92 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
93 momentinho Adriana. Por gentileza quem estiver presente se puder levantar para
94 a gente poder começar a identificar os Conselheiros eu agradeceria muito.

95

96

97 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Deusdará,
98 então eu vou aproveitar e interromper um segundinho, fazer em comentário. Nós
99 vamos pedir para algumas das pessoas de nossa equipe, tirar foto do celular
100 mesmo. Porque era um padrão, uma prática que nós tínhamos, muitos são novos
101 e a gente já não tem mais essa foto. E a foto ajuda muito quando a gente vai olhar
102 no site, ver quem é quem e ajuda-nos a identificar. Tá Renata, eu vou pedir para
103 alguém da equipe ir tirando a foto, ao longo da manhã de hoje. Ministério da
104 Justiça , como novos Conselheiros tem o Franklin Berg Ribeiro do Freitas. Carlos
105 Chagas Ferreira do Souza e Regina Nascimento Ferreira. Bom dia Regina, bem
106 vinda. Ministério da Saúde, Taís Araújo Cavendiche. Taís já participa da Rede
107 Câmara Técnica de Qualidade Ambiental. Ministério de Relações Exteriores, Igor
108 Andrade Vidal Barbosa, e Artur César Lima Neilor. Ministério do Turismo, Cinara
109 Leandra Silva Alves de Souza. Governo do Amapá, Bernardino Nogueira dos
110 Santos. Bem vindo. E Bertoldo Deves Neto. Governo do Amazonas, Denisenas das
111 Chagas, bem, vindo. Governo do Distrito Federal, Filipe Augusto Fernandes
112 Ferreira, Andréia Vulcanis, Andréia está lá, já foi aqui do IBAMA, bem vinda de
113 volta. E a Maria Silvia Rossi, que já era Conselheira e muda de condição de
114 suplente a titular. Governo de Goiás , Rascar Fagundes , Paulo Humberto
115 Guimarães Araújo e Alexandre Kepler Soares. Governo do Mato Grosso, Everson
116 César Gomes Medelo, Lilian Ferreira dos Santos. Governo do Pará, Tales Samuel
117 Matos Belo , Diana da Silva Castro e Verônica Jussara Costa Bitencourt. Governo
118 do Tocantins , está aqui? Bem vinda. Governo do Tocantins, Rubens Pereira Brito.
119 Está lá. E Jorge Cleber Neiva Brito. Também os dois. Entidades Empresariais,
120 pela CNI, Davi Bomtempo. Setor florestal, Rafael Masson e Álvaro Luiz Schafer.
121 Pelo movimento dos catadores de materiais recicláveis, Aline Souza de Silva. E
122 pela CONTAG, Iraneide de Albuquerque Carvalho. Esses são os novos
123 Conselheiros. A minha lista não está com o Ponto Terra. Então Ponto Terra,
124 Ronaldo Luiz Rezende Malar, que substitui o outro Ronaldo, que passou muitos
125 anos aqui, como Conselheiro. Bem vindo.

126

127

128 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O próximo
129 ponto de pauta e a aprovação da ata da reunião 128 de 28 de fevereiro de 2018.
130 Eu consulto os Conselheiros se há uma manifestação ou esclarecimento. Não
131 havendo considero aprovada. A próxima agora seria a tribuna livre, não sei se já
132 fizeram as inscrições? A percepção que eu tenho é que seriam várias pessoas
133 querendo usar a tribuna livre. Nós temos aqui cerca de 14 pessoas inscritas. Eu
134 vou nominar para ver se tem alguém, que foi feito ontem. Então nós teríamos o
135 Mario Montovani da ANAMA, e SOS Mata Atlântica, Arthur Bruno, Secretário de
136 Meio Ambiente e Sustentabilidade do Ceará. Rogério Menezes, presidente da
137 ANAMA. Zuleica, Associação de Proteção do Meio Ambiente, APROMAC. Liziane

138 Becker, Miracer, Francisco Soares, FURPA. Bocuhy PROAM, Fátima do Ministério
139 Público Federal do CONAMA. Daniel Barreto do Grupo Ecológico, Rio das
140 Concas. Roberto Laureant, Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis.
141 Ronaldo Maiá, Ponto Tempo. Maria Lúcia, ABES. Luiz Pado, RENCTAS. Paulo
142 Martins, Instituto Nacional de pesquisas espaciais, INPE. Consulto os senhores e
143 senhoras, se existe alguma outra inscrição que não esteja nominada.

144

145

146 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Ministério da
147 Saúde está pedindo inscrição.

148

149

150 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então vamos
151 anotar. Alagoas. Mato Grosso. Mais alguém?

152

153

154 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Ministério da
155 Saúde.

156

157

158 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Já está
159 colocando. Já está aqui Francisco, você já está aqui. Bom então são cerca de 17
160 pessoas. Então eu pediria, por gentileza, a colaboração dos senhores para a
161 gente ser objetivo, para que gente possa dar andamento à pauta, ainda na parte
162 da manha. Então eu convido o companheiro Mario Mantovani para, Rogério por
163 gentileza, já em seguida para agilizar o Athur Bruno, do Ceará, já ficar
164 posicionado, que a gente já vai encaminhando a tribuna livre. Muito obrigado
165 gente.

166

167 **TRIBUNA LIVRE**

168

169 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO (Anamma Nacional)** – Bom dia a todos
170 e a todas. Eu queria cumprimentar os membros da mesa, pedir licença para fazê-
171 lo, às pessoas da presidente do IBAMA, Sueli Araújo e do Deusdará que está aí
172 no comando dos nossos trabalhos hoje. E registrar aqui pela ANAMMA. O fato do
173 Ministro Edson Duarte ser efetivado aí no Ministério. A gente vive desejar a ele
174 que nesse período de transição que vivemos. Toda a sorte nesse trabalho, podem
175 contar com a ANAMA para a gente continuar a relação que temos feito com o
176 Ministério. E dizer da nossa preocupação enorme com o momento que vivemos.
177 Nós temos pautas muito preocupantes colocadas no Congresso Nacional. E eu
178 acho que nossa prioridade deve ser não votar, deve ser articular politicamente
179 para que pautas como essas que estão colocados aí, a lei geral do licenciamento
180 ambiental, é preciso votar isso após a eleição, restabelecer uma normalidade.
181 Deixar que a população se manifestasse no voto. Que a gente possa estar numa
182 outra fase para poder votar isso. Ontem inclusive, isso foi discutido, colocado na
183 reunião da tripartite nacional, com a posição de todos de que é por aí. Não é

184 momento de insistir nessas coisas, a gente vê por aí pautas como liberação da
185 caça, pautas como flexibilização e na questão dos agrotóxicos. O Brasil que já é
186 um dos grandes utilizadores de agrotóxicos aí no mundo. Então, essas pautas
187 polêmicas e difíceis aí, que não tem consenso, o melhor a fazer em mesmo tão
188 difícil que vivemos é não tentar votar, é não tentar impor. Até porque isso vai levar
189 judicialização, vai levar, não solucionará problema nenhum, de setor nenhum.
190 Então, um apelo nosso da ANAMMA, de que esse é um momento muito delicado.
191 Ainda bem que a gente tem um aliado das causas o meio ambiente, como o
192 Ministro Edson Duarte, para conduzir a transição, mas que a gente possa aí, todos
193 com muita serenidade trabalhar politicamente para que o Congresso, que cada um
194 cuide agora da busca do trabalho, nas eleições 2018. E que agente possa deixar
195 essas pautas para depois. Não é momento de nenhum setor, segmento tentar
196 impor a sua posição em assuntos que não vai entre consenso, que são polêmicos.
197 E eu vou dizer aqui a pedido, Campinas tem uma unidade de referência, que é o
198 Boldrini, que é o Centro Boldrini. Que trata de crianças com câncer. A Doutora
199 Sílvia Brandalise que é uma liderança nacional nesse assunto está apavorada
200 com a tentativa aí de ainda facilitar mais a questão dos agrotóxicos e
201 potencialmente ampliar o seu uso. E disse uma frase essa semana que me
202 marcou muito: - Rogério do jeito que está colocado lá nós estamos encomendo, as
203 nossas, mais crianças, prepara aí para a gente seguir ampliando aqui o
204 atendimento das crianças com câncer, porque é isso que nós estamos
205 sinalizando. É, isso é infelizmente um cenário duríssimo, quem não tiver
206 sensibilidade para isso, por favor, visite lá o Boldrini, e nós não temos condição de
207 fazer esse tipo de discussão, nesse momento, na opinião nossa, da ANAMMA. E
208 por último eu queria dizer aqui que nós estamos na tripartite muito satisfeitos aí
209 com, ontem nós tivemos uma reunião de tripartite nacional, presidida pela ABEMA.
210 E com a forma como a ABEMA e o IBAMA, na pessoa da Doutora Sueli Araújo,
211 estão conduzindo o processo de discussão para que finalmente a gente tenha
212 possibilidade da TCFA, da taxa de controle e fiscalização ambiental, chegar aos
213 municípios brasileiros. Esse trabalho aí de toda a equipe do IBAMA, conjunta, eu
214 não vou citar todos, eu vou cumprimentar a todos na pessoa do Solange, e a
215 gente fico em feliz de ver a competência, o trabalho que está sendo feito, a
216 capacitação dos estados, a renovação das cooperações técnicas dos acordos com
217 os estados. Para que avance aí finalmente quase 18 anos depois a essa agenda
218 do TCFA, da Taxa de controle e fiscalização ambiental. Era isso por enquanto,
219 muito obrigado.

220

221

222 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado
223 Rogério, houve uma inversão de pauta. Agora o Mario Mantovani pela SOS Mata
224 Atlântica.

225

226

227 **O SR. MARIO MANTOVANI (SOS Mata Atlântica) –** Alô, alô, alô. Agora sim. Bom
228 pessoal, agora uma notícia que eu estou trazendo aqui para o CONAMA, muito
229 boa, até que enfim. Nós que estivemos aqui ocupando esse Plenário várias vezes,

230 pela lei da Mata Atlântica, desde 93 quando trazíamos aqui as informações, que
231 impedimos um campo de futebol de florestas a cada 4 minutos. A notícia que eu
232 trago para vocês é que chegamos no melhor momento desde 1985, com relação a
233 proteção desse bioma que está prevista na legislação. Foi o ano que tivemos a
234 menor taxa de desmatamento da história. Vários estados, 7 estados chegaram ao
235 desmatamento zero. E eu queria dizer para vocês da imensa satisfação da SOS
236 que está agora fazendo um mapeamento anual, e contar aqui com o Deusdará da
237 parceria que a SOS fez o Serviço Florestal Brasileiro, onde nós vamos estar
238 colocando todos os remanescentes de floresta que nós temos mapeados na base
239 do CAR, junto com o Serviço Florestal Brasileiro, propriedade a propriedade
240 brasileira para que a gente possa fazer o pagamento dos serviços ambientais,
241 proteção de nascentes de floresta, vai ser em iniciativa nova. Também estamentos
242 com o MEP Bioma, onde todo mundo vai poder acessar a base, que é anual. Nós
243 estamos fechando agora essa parceria. O MAPA da SOS Mata Atlântica, junto
244 com o INPE e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, passa a ter agora uma
245 utilidade muito mais frequente e mais acessível a toda a parte a população. Outra
246 coisa que eu queria dizer, e para terminar. Nós fizemos uma parceria, a ANAMMA
247 com a ONU e a ONU Meio Ambiente, e estaremos nos 17 estados do Brasil. Já
248 estivemos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, agora São Paulo dia 21 e 29 Rio
249 de Janeiro. Levando a formação dos conselhos de meio ambiente e a aplicação da
250 lei de mata atlântica, que ainda tem desafios. Como a questão da anuência de
251 parcelamento da solo em área urbana, que nós vamos ter enfrentamento junto
252 com o Ministério Público Federal, com os Ministérios Públicos Estaduais e uma
253 história muito boa que se faz. Santa Catarina que era um dos campeões do
254 desmatamento, reverteu esse processo de uma forma fantástica. O Valtric, e a
255 equipe dele, que está aqui, o João Pimenta que está aqui, fizeram um trabalho
256 onde todos os municípios vão ter os seus planos municipais de Mata Atlântica.
257 Essa que é uma lei que está regulamentada em todos os 17 estados brasileiros.
258 Minas Gerais, que eu vejo aqui com muita satisfação, dizer que reverteu, parabéns
259 Germano. 60% de redução do desmatamento. E ainda tem lá o processo que não
260 vai autorizar os desmatamentos. Eu acho que isso é que a gente está buscando
261 nas parcerias. Todos os Estados avançando na proteção desse bioma, e da lei
262 que permite o uso e a proteção. E a gente pode mostrar que se fizer um trabalho
263 de regulamentação dos biomas brasileiros nesse processo com o CONAMA que
264 construiu aqui, aprovou todas as regulamentações, aqui tivemos um grande
265 enfrentamento. Nós podemos fazer esse Brasil, ter esse compromisso com o meio
266 ambiente, e eu queria trazer essa notícia boa para vocês nesse ano que é
267 conturbado. Muito difícil, mas a gente conseguiu ter respostas. E parabéns a todos
268 os estados presentes, a todos aqueles que ajudaram a construir essa legislação.
269 Valeu gente. Valeu CONAMA é isso aí. Muito obrigado.

270
271
272
273
274
275

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Obrigado
Mario. Excelência notícia. Parabéns. É, Artur Bruno, Ceará.

276 **O SR. MARIO MANTOVANI (SOS Mata Atlântica)** – E o Arthur Bruno foi o
277 campeão. O estado que menos teve desmatamento no Brasil. Parabéns.

278

279

280 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Logo depois do
281 Artur Bruno, eu pediria a Doutora Zuleica que por gentileza.

282

283

284 **O SR. ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO (SEMA/CE)** – Um bom dia a todas e a
285 todos. Eu quero saudar a todas as mulheres aqui presentes na pessoa de Sueli,
286 todos os homens aqui presentes na pessoa do Deusdará, e eu quero fazer um
287 convite em nome dos Secretários de Meio Ambiente da região Nordeste. Nós
288 estaremos realizando e queremos contar com a presença de vocês, a segunda
289 conferência da caatinga. Que tem como tema o desenvolvimento humano e
290 sustentabilidade. Esta conferência acontecerá nos dias 19, 20 e 21 em Fortaleza,
291 a abertura será no dia 19, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. E nós
292 teremos os dias 20 e 21, a seguinte programação. No dia 20, nós teremos a
293 apresentação dos resultados da sistematização e a análise dos compromissos
294 assumidos na primeira conferência da caatinga, que aconteceu em 2012. E foram
295 feitos vários encaminhamentos, várias propostas, e isso será avaliado, o que foi
296 realizado, o que não foi, e por que. Também no mesmo dia 20, a palestra o bioma
297 caatinga e outros territórios frágeis do Nordeste, progressos e desafios. Essa
298 palestra será feita pelo José Otamar de Carvalho, ele que é consultor em
299 planejamento regional e de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável do
300 semiárido. Uma segunda palestra, a importância dos objetivos do desenvolvimento
301 sustentável dos ODS, e sua adequação as especificidades do bioma caatinga.
302 Que será feita pelo Roseneli Diegues Peixoto, oficial do programa das Nações
303 Unidas para o desenvolvimento PNUD. E não dia seguinte, nós teremos uma série
304 de experiências exitosas do bioma caatinga. Nós sabemos que os vários estados
305 que estão aqui muito bem representados têm excelentes experiências no bioma. E
306 nós queremos que eles sejam conhecidos e publicitados, para que a gente possa
307 replicar nos demais estados. Então, nós teremos experiências das áreas de meio
308 ambiente, recursos hídricos e saneamento, agropecuária e desenvolvimento
309 humano, econômico e social. No final, nós teremos uma avaliação, e nós faremos
310 um debate sobre se os ODS estratégicos que estão sendo verificados nos nossos
311 estados. Então, com isso nós queremos finalizar um documento da conferência
312 para ser entregue aos candidatos a Presidente nas eleições de 2018. Por tanto,
313 esta é em iniciativa dos Secretários de Meio Ambiente do Nordeste, também dos
314 Secretários de Desenvolvimento Agrário, dos Secretários de Recursos Hídricos,
315 contamos com a parceria do BNB, do DENOCS, do IBAMA e dos órgãos das
316 universidades regionais, e federais do Estado do Ceará. Estão todos convidados,
317 aqueles que quiserem mais informações podem entrar no nosso site
318 www.sema.ce.gov.br. O Ceará os receberá de braços abertos. Muito obrigado.

319

320

321 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado
322 Bruno. A Doutora Zuleica por gentileza. Seguido nós teremos a Liziane á ordem
323 da tribuna livre.

324

325

326 **A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Bom dia. A minha fala vai ser sobre o
327 Ministério do Meio Ambiente, duas questões importantes, e sobre a pauta de hoje.
328 Na pauta de hoje deveria estar obrigatoriamente a apresentação do relatório da
329 gestão dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, conforme a Resolução
330 CONAMA 362/2005. Originariamente esse relatório deveria ser apresentado na
331 primeira reunião de cada ano e a pedido do Ministério do Meio Ambiente a
332 Resolução foi alterada para ser apresentado então, na segunda reunião de cada
333 ano, que é hoje. Após algumas negociações aqui nós vamos ver como é que vai
334 ficar a justificativa. Porque esse relatório, ele tem como finalidade mais imediata a
335 apresentação e justificativa do percentual mínimo de coleta de óleos lubrificantes
336 usados ou contaminados para este ano. E o relato dos resultados de
337 implementação dessa resolução, conforme elaborado pelo IBAMA. Nesse viés,
338 porque que a Resolução requereu isso né? Porque de um lado é uma imposição
339 de uma obrigação para as empresas que devem custear o trabalho de coleta de
340 óleo lubrificante usado, para ser enviado para o refino, para que seja recuperado o
341 óleo, e esse óleo volte para a cadeia novamente na forma de óleo básico e depois
342 aditivado e depois se transforme em óleo acabado. Esse relatório, também tem
343 como outra justificativa dele, a prestação das contas para a sociedade. Com
344 evidência, mostrando as evidencias as ações realizadas pelo Ministério do Meio
345 Ambiente, para garantir esse relevante sistema de logística reversa. Notadamente
346 o relato das ações de fiscalização e penalidades que foram aplicados. A ausência
347 desse relatório prejudica essas finalidades imediatas, mas o impacto negativo é
348 muito maior do que se relaciona a finalidade profunda desse dispositivo. A
349 constância do relatório se justifica pela constância da agenda. A ausência de
350 relatório é um grave indicio de baixo grau de importância que o Ministério esta
351 dando para essa logística reversa no nosso ver. E isso piora se somarmos o fato
352 de que as reuniões de grupo de monitoramento permanente, que foi criado pela
353 Resolução CONAMA 362/2005 para monitorar as ações de implementação dessa
354 Resolução, que ela é muito complexa, porque ela envolve a Agência Nacional do
355 Petróleo, o IBAMA, o Ministério de Minas e Energia e todos os, e todos os agentes
356 do setor. E essas reuniões deveriam ser 4 vezes ao ano está lá na Resolução. E
357 desde 2013, nós não temos tido essa frequência de reuniões. Que é uma
358 frequência mínima 4. Sendo que foram apenas um única reunião em 2016, e outra
359 única reunião em 2017. Que até agora nenhuma. A pergunta que a gente faz é,
360 aquela é a mensagem que está sendo dada para o cidadão? Por aqueles que
361 estão obrigados ao cumprimento de metas da Resolução? Se não conseguimos
362 sequer receber um relatório depois de um prazo de quase 6 meses para sua
363 elaboração. Será que a logística reversa não é um tema prioritário? E não merece
364 ser lembrada quando, e nem mesmo debatida, principalmente quando se trata de
365 resíduo perigoso. Será que CONAMA está tão esvaziado, que nem o MMA, que o
366 preside está conseguindo cumprir as suas obrigações? O tempo aqui é pouco. E

367 eu só queria citar também aqui dentro dessa primeira fala, um ponto do nosso
368 relatório, que nós fizemos, que nós gostaríamos de estar comemorando hoje junto
369 com o relatório do MMA, que não veio. Nós gostaríamos de apresentar aos
370 senhores o nosso relatório, que nós vamos entregar aqui oficialmente a mesa,
371 para que seja publicado, não vamos apresentar o relatório. Porque não tem ponto
372 de pauta, se tivesse o ponto na pauta nós poderíamos ter feito isso, mas não tem.
373 Então, eu queria lembrar que nesse relatório que nós fizemos. A PROMAC fez,
374 para o secretariado da Convenção da Basiléia, que solicitou a todas as partes o
375 mundo inteiro, que fizessem relatos de como as partes da convenção do tratado
376 fazem a gestão o óleo lubrificante em seus países, tanto poderiam as ONGs
377 apresentarem, os governos apresentarem, ou as próprias, o setor privado poderia
378 ter apresentado, a PROMAC, talvez isoladamente no Brasil, fez o relatório para só
379 secretariado da de convenção. E nesse relatório só por uma menção importante
380 para os senhores, estima-se que houve no período de 10 anos, nos últimos 10
381 anos uma evasão fiscal de cerca de 270 milhões de dólares, ou quase 1 bilhão de
382 reais, só de impostos estaduais em decorrência da destinação criminosa de óleo
383 lubrificantes usados e contaminados. Então, é um resíduo perigoso, só que a
384 questão ambiental e de saúde já seria motivo suficiente para estarmos
385 preocupados. Mas estamos vendo em evasão fiscal violenta. Eu gostaria de
386 disponibilizar então, já está em mãos da Doutora Adriana o nosso relatório em
387 inglês e português, para que os senhores possam tomar conhecimento, e eu
388 sugiro que leiam. Outra questão relevante, rapidamente, porque eu tive que usar o
389 meu tempo um pouco, porque não tinha o ponto de pauta, não quer mais. Mas é
390 muito importante o que eu quero falar agora, é sobre a proposta de revisão da
391 Resolução 03/90, de padrões da qualidade do ar. A falta de controle
392 constitucional, e de entendimento que é obrigatório, dos tratados e compromissos
393 internacionais assumidos pelo Brasil, como o Governo, como Estado. E a falta de
394 fundamentação técnica e jurídica do texto apresentado, soma-se ao ver da
395 PROMAC e de muitos dos nossos colegas aqui. A ausência do controle do MMA,
396 como órgão que deve formular as políticas públicas de meio ambiente, e zelar pelo
397 seu cumprimento e pela implementação no SISNAMA. O que vemos é a ausência
398 de pulso firme do MMA em todo o processo, e não é só nessa Resolução. A gente
399 já vem vindo e trazendo conflitos. Estamos agora com o desmonte da 375 de
400 2006, que é de lodo do esgoto. O uso de lodo de esgoto na agricultura, a revisão
401 que se pretende fazer é retirar todas as salva guardas, então isso não é revisão
402 para mim, é golpe. E daí o que tem? Não conseguimos visualizar na proposta de
403 Resolução do ar. Padrões de qualidade do ar, essa posição firme do Ministério da
404 Saúde, inclusive, e que muito nos decepcionou. Porque o papel do Ministério a
405 Saúde no CONAMA é fundamental, que não se separa mais o hoje Ministério do
406 Meio Ambiente de Saúde. Isso já é cientificamente comprovado, que maior parte
407 das doenças hoje, e custos para os Estados é causado por problemas ambientais.
408 Então, se a gente não faz da conexão, e finge que não existe, nós nunca vamos
409 avançar em nada aqui né? Então, o Ministério da Saúde precisa sim também
410 atender o seu papel dado pelo Constituição Federal, e atender, e também vir aqui
411 ser um profundo defensor das resoluções da organização mundial da saúde. Por
412 que não é o possível que o Ministério da Saúde não participe as reuniões, os

413 Ministros participam lá, aprovam as resoluções lá e depois não quer em
414 implementar aqui. Então isso não é admissível por nós, porque nós estamos
415 fazendo um trabalho sério aqui. Muito sério. A gente não vem aqui para brincar.
416 Então, eu quero solicitar isso, que nós não vamos aceitar soluções resultantes de
417 concessões covardes e negociações espúrias. Porque uma Câmara Técnica séria,
418 não teria produzido aquilo. Então, nós requeremos que o MMA, (eu estou
419 terminando) como Presidente do CONAMA, e atendendo as suas próprias
420 competências e responsabilidades legais. Tomem a decisão soberana neste
421 Conselho, de curar esse conflito revise essa proposta, custe o que custar, a fim de
422 coloca-la nos trilhos da verdade científica, e do respeito aos direitos da sociedade
423 brasileira, e das gerações futuras, que é para isso que estamos aqui, nós não
424 estamos nem por nós mais, liderando na América Latina uma política honesta e
425 eficiente de saúde ambiental. Porque se o Brasil fizer alguma coisa boa e
426 corajosa, os outros países nos seguirão, será mais fácil. Então, e por fim, solicito
427 informações sobre o relatório da comissão de acompanhamento e avaliação do
428 PROCONVE, que é exigido pela resolução CONAMA 414 de 2009. Que eu não vi
429 esse relatório ainda, então eu gostaria de saber quando que ele será apresentado.
430 Muito obrigada.

431

432

433 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
434 Doutora Zuleica. Eu vou pedir licença aos senhores conselheiros e conselheiras,
435 para que à Doutora Letícia fizesse alguns esclarecimentos, a respeito do primeiro
436 ponto da abordagem feita pela Doutora Zuleica.

437

438

439 **A SR^a LETÍCIA (MMA)** – Bom dia a todos. Obrigada Presidente, senhores
440 Conselheiros. Senhora Zuleica em particular a PROAN. Inicialmente eu gostaria
441 de lamentar o atraso que infelizmente incorremos aqui na apresentação do
442 relatório. O relatório é uma obrigação do Ministério do Meio Ambiente, de divulgar.
443 Eu gostaria de dizer que é importantíssima essa cadeia de logística reversa dos
444 óleos lubrificantes. É uma cadeia de logística reversa histórica, estabelecida por
445 este Conselho muito antes da política nacional de resíduo sólido. Então, nós
446 temos um profundo apreço a todo o trabalho que se desenvolve nos marcos dessa
447 cadeia da logística reversa especificamente no rerrefino de óleos lubrificantes. Eu
448 gostaria de deixar muito clara as nossas desculpas pelo atraso estabelecido, e
449 desde já nos comprometemos com a próxima reunião, onde iremos consolidar o
450 resultado do relatório e a apresentá-lo e divulga-lo aos Conselheiros. Nós estamos
451 trabalhando em uma melhor performance, uma melhor dinâmica, no sentido da
452 apresentação de relatório, que temos a obrigação aqui, como Ministério do Meio
453 Ambiente, de apresentar aos Conselheiros e isso inclui o relatório do capa, enfim.
454 Para todos esses relatórios possam vir nas reuniões do primeiro semestre. Então
455 nesse sentido a gente espera logo em seguida poder dividir com vocês uma
456 melhor performance nesse processo. Fico a nossa promessa, as nossas sinceras
457 desculpa pelo acontecido aqui. E a nossa promessa de dividirmos os dados do

458 relatório de Rerrefino, consolidado e devidamente na próxima reunião. Obrigada
459 Presidente.

460

461

462 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado a
463 Doutora Leticia. Pergunto a dona Adriana se tem algum esclarecimento adicional?

464

465

466 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Só
467 assegurar que na próxima reunião o relatório vai vir tanto da parte do MMA-
468 IBAMA, quanto o relatório já apresentado pelo Conselheira Zuleica, os dois
469 estarão na pauta com o tempo para uma explanação.

470

471

472 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Tendo que a
473 Doutora Zuleica disponibilizou o relatório feito. Talvez fosse possível o CONAMA
474 disponibilizar isso para todos os Conselheiros, até para criar já um conhecimento à
475 respeito do assunto para a próxima reunião. Então, eu chamaria a Doutora
476 Lisiane, para por gentileza em seguida o Francisco Soares da FURPA.

477

478

479 **A SR^a. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia a todos. Lisiane
480 Miraserra. Eu estou aqui novamente para lembrar uma data importante, que foi dia
481 28 passado, dia da Mata Atlântica. E a vinda aqui não é tanto de euforia, assim
482 como o colega Mantovani aí falou, nós temos muitas coisas a recuperar. E até
483 essa fala aqui insistente e sistemática no CONAMA rendeu algum fruto. Na
484 segunda feira, a rede de ONGs da Mata Atlântica, da qual Miraserra faz parte do
485 conselho de coordenação, esteve reunida com o novo Ministro Edson Duarte, e
486 avançou em alguns aspectos na questão de comprometimento com algumas
487 pautas da rede de ONGs da Mata Atlântica que na realidade são pautas da própria
488 Mata Atlântica. Então, nós temos que lembrar que não é ainda uma ocasião de
489 muita comemoração, uma vez que nós temos várias ameaças bastante graves. Eu
490 vou citar só algumas, que são as mais conspícuas, como por exemplo, de novo, a
491 regulamentação do fundo nacional do bioma, que não foi regulamentado ainda
492 desde a sua criação em 2006. Então, eu estou ficando até bastante insistente com
493 isso, toda a reunião eu venho e falo isso, podem ver as atas. E também nós temos
494 a recuperação da vários passivos ambientais, então podemos até ter um certo
495 desmatamento reduzido, mas nós não temos a recuperação de outros que foram
496 dizimados. Também a ampliação e melhoria de SETAS, que são aqueles animais
497 silvestres que foram de alguma maneira retirados do seu ambiente natural, e não
498 tem retornar e precisam de um tempo no SETAS, e nós não temos essa
499 possibilidade ainda também. Nós temos carência na quantidade e na qualidade
500 deles. Outro exemplo seria a tentativa de recategorizar as unidades de
501 conservação, que também fazem parte de corredores de biodiversidade, sempre
502 para uma maneira mais flexível e nunca de uma maneira mais protetiva. Ainda o
503 PL da caça, outra grande ameaça para a fauna que nós sabemos que em áreas

504 tropicais a fauna à principal dispersora e a que faz a manutenção das florestas e
505 da água. Também temos o PL dos campos da altitude no ecossistema associado
506 da Mata Atlântica, um PL que também está tramitando para ser retirado da lei
507 federal. Então, e assim, nós ainda temos outras várias ameaças, então não é
508 ainda época de ficarmos comemorando nada no dia da Mata Atlântica. Falta muito
509 ainda para nós lamentavelmente comemorarmos. Feito esse, essa fala, eu vou
510 entrar numa outra que eu considero muito importante, resultante da reunião
511 passada, quando a gente olha a ata se vê que a sociedade civil encaminhou aqui
512 na Plenária, oito entidades se candidataram para Câmara nacional, Câmara
513 consultiva nacional, de pagamentos de serviços ambientais, aliás por conversão
514 de multas de pagamentos por serviços ambientais. E para nosso espanto foi tirado
515 de pauta, para uma análise jurídica. E no dia 13 de 04, tem um documento já
516 escolhendo 4 entidades. Sendo que algumas delas nem estavam na Plenária se
517 candidatando. Então, nós também achamos estranho que a representatividade
518 não tenha sido considerada, uma vez que não é nem uma região que contemple a
519 área Sul do País. Então nós temos como seleciona-los. Para titular, o Conselho
520 Nacional de Seringueiros, a ADEMASP, que foi uma das candidatas, a FBCN e
521 CNCG. A sociedade civil depois da reunião Pré- CONAMA esteve reunida, utilizou
522 do seu espaço no CNEA, no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais,
523 utilizou o espaço para discutir e tirar uma lista de 4 nomes, 2 titulares e 2
524 suplentes, veio para a Plenária. Além desses 4 nomes indicados, sugeriram mais 4
525 na Plenária, e para nossa surpresa já houve reunião, nós nem sequer fomos
526 sabedores da existência dessa reunião para poder acompanhar de alguma
527 maneira e ficamos sem saber quais foram esses critérios de seleção para os
528 candidatos, já que foi retirado de pauta para uma análise jurídica. E no dia 03 de
529 04, já havia uma lista de encaminhamento e já houve uma reunião, inclusive.
530 Então é com muita estranheza que nós nos vemos nessa situação. Pedimos
531 esclarecimento. Obrigada.

532

533

534 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Muito Obrigado.
535 Eu consulto se o Doutor Marcelo Marcelino está presente do ICMBio, não estando.
536 Por gentileza eu... Você gostaria de fazer algum comentário Marcelo? A respeito
537 do ponto (...). Só um minutinho Francisco. O senhor poderia fazer algum
538 comentário? Por favor.

539

540

541 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio) –** Obrigado Presidente.
542 Só para esclarecer, nós sofremos uma situação de contingência Lisiane, que o
543 decreto exigia que nós já definimos a nossa Câmara. Então, por conta disso a
544 saída foi pedirmos ao CONAMA todos os indicados, para que pudéssemos fazer a
545 partir daí a seleção. De fato nós íamos pedir ao CONAMA que nos apresentassem
546 indicações, para que pudéssemos selecionar. Então, o que nós fizemos foi pegar
547 todos os indicados, e a partir daí fazer a seleção. Porque infelizmente nós
548 tínhamos esse prazo a cumprir, que era um prazo estabelecido pelo decreto. A
549 seleção que o instituto fez, foi tentando abranger o máximo possível as agendas

550 que o instituto toca, tem que ter representantes para essas agendas das
551 entidades, no caso de povos tradicionais e a conservação da natureza. Então, foi
552 por isso que a gente teve que ter essa antecipação com essa medida puxar todos
553 os indicados. É isso.

554

555

556 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu ainda
557 convidarei o Doutor Francisco Soares, e em seguido o Doutor Bocuhy. E só para
558 lembra-los faltam 13 pessoas ainda para usar a tribuna livre. Já são 11:10. Então,
559 eu ratificaria o meu pedido de objetividade, por favor.

560

561

562 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom dia a todos e todas.
563 Vou cumprimentar a mesa na pessoa do Doutor Romeu que esta por aqui
564 representando o Ministro, e o Doutor Deusdará, o diretor florestal e a todos os
565 companheiros e companheiras conselheiros ambientais do CONAMA. Pois bem,
566 eu estou trazendo aqui Deusdará, primeiro um assunto que já é, vai fazer uma
567 década que passou aqui, que foi aprovado aqui no Plenário do CONAMA, e até
568 hoje nós não chegamos na finalização. A criação do Parque Nacional da Serra
569 Vermelha do Piauí que foi aprovado moção nesse Plenário. E, além do mais,
570 mostrar a nossa tristeza que a um mês em uma audiência pública, esse parque já
571 está na Justiça Federal, porque o procurador república cobrou uma decisão do
572 Governo do Estado. E o Governo Federal através do Ministério do Meio Ambiente
573 e IBAMA também, não tomou nenhuma decisão até hoje. E com isso a audiência
574 que houve na Justiça Federal o representante do Instituto Chico Mendes,
575 tristemente disse que não existia nem processo para a criação desse parque.
576 Enquanto o Brasil todo já sabe, a publicação da capa e da Mata Atlântica
577 Brasileira, naquela a Serra Vermelha representa o símbolo de Mata Atlântica
578 Piauiense. Pois bem. Então, nós estamos trazendo aqui para que o Ministro
579 através autorize o andamento desse processo que uma coisa que já está com 10
580 anos. O Brasil todo pergunta, se esse parque já esta na boca do povo, mas não
581 está ainda decretado pelo Governo. A outra é uma coisa nova, mas o Instituto
582 Chico Mendes já abriu o processo, é uma unidade de conservação chamada
583 Capadócia do Piauí, que é no município de São José, que foi o objeto de um
584 Globo Repórter em novembro do ano passado. Apenas o Instituto Chico Mendes
585 ficou de mandar a equipe técnica, e nós vamos pedir ao Deusdará o que Ministro
586 autorize a equipe técnica do Instituto Chico Mendes a fazer logo o levantamento in
587 loco, para ver a importância que já está detectaram de criar essa grande unidade
588 de conservação. O outro assunto que eu quero dizer para vocês, é que seja aqui a
589 presença do representante Antônio Carlos, presidente da assembleia popular
590 Noronhense, que veio de Fernando de Noronha, que está previsto com
591 informações sobre Fernando de Noronha. E ele veio trazendo uma série de
592 informações que talvez o Instituto Chico Mendes que atua lá dentro e ainda não
593 trouxe, que talvez é representante do Governo do Estado e que também ainda não
594 trouxe, ele como representante ele vem trazer essas informações, alguma coisa já
595 podia dizer que precisa de fato um controle muito maior, não é com relação aos

596 turistas e outras coisas. É com relação a administração, o fluxo de pessoas que
597 entram e saem. Por ano, no ano passado foi em torno de 95 mil turistas, dá uma
598 média de oito mil turistas por mês. Isto é o forte do (...), mas o grande problema é
599 a especulação imobiliária, é o grande empreendimento sem atender os requisitos
600 ambientais, e com isso a população tem problema habitacional e o SPU seria
601 patrimônio da União já que ainda não controlou. Então precisa que haja o
602 chamado, e temos hoje lá na ilha uns 6 mil habitantes fixos, uns mil clandestinos.
603 Pessoa que foram passagem de ida e não pegaram a passagem de volta, e com
604 isso já está dando problema. É lógico que dessas 6 mil que tem, existem
605 trabalhadores de empresa, de órgão público, que estão legalmente população fixa.
606 Mas existe um mil e tantos clandestinos que foram fazer turismo. Então eu até
607 sugiro que vamos ter o passaporte Fernando de Noronha. Quem pegar passagem
608 de ida vai ter que levar a passagem de volta. Se não vai ficar lá ilha e vai dar
609 problema para os moradores que sobrevivem das pousadas familiares. Eles
610 precisam desse pousadas aos grandes empreendimentos, que não tem nenhum
611 que acontece especulação imobiliária, as pessoas quererem a casa de um
612 morador, sei lá por 5 milhões, 7 milhões para fazer uma pousada totalmente. Aí,
613 então, eu vou, na época que ele, o representante do Instituto Chico Mendes que
614 tenha também, um representante do Governo do Estado para mostrar esse outro
615 lado. Eu vou entregar para...

616

617

618 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Eu convidarei o
619 Doutor Bocuhy, em seguida a Doutora Fátima do Ministério Público Federal.

620

621

622 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM) –** Bom
623 dia a todos, senhores conselheiros. Eu queria cumprimentar o Doutor Tanus, é
624 uma satisfação vê-lo aqui no CONAMA. E dizer que a fala hoje do Doutor Tanus
625 hoje aqui, ela resgata aquele papel republicano do Conselho Nacional do Meio
626 Ambiente no sentido de que a gente tenha que ter essa visão integrada da saúde,
627 da questão ambiental, da atualização tecnológica necessária para o Brasil avance
628 nessa grande questão de poluição atmosférica. De fato Doutor Tanus a morbidade
629 hoje no Brasil conhecida pela OMS, é de 51 mil pessoas, 51 mil brasileiros, são
630 510 auditórios desses, sendo um auditório desses e meio por dia de morbidade no
631 Brasil. Então, nós estamos falando aqui, de uma situação endêmica, isso está
632 acontecendo por uma série de motivos que esse próprio Conselho pode resolver.
633 A primeira delas é a presença forte do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente,
634 nas discussões do Rota 2030, que é a instância de discussão automotiva
635 brasileira centrada no Ministro da Indústria do MDIC. Essa falta de uma visão
636 ambiental dentro da discussão do Rota 20 30, está levando o Brasil a um atraso
637 na inovação tecnológica, principalmente na questão dos motores referentes aí a
638 nossa transição para fase Euro 6. A segunda questão, é o esvaziamento da
639 discussão do PROCONVE. O PROCONVE se reúne com a ausência da
640 Petrobrás, com a ausência da ANFAVIA, às vezes com ausência de outros
641 setores. E essa discussão do PROCONVE que seria o meio intermediário para

642 essa discussão, ela está sendo esvaziada. Então é muito fácil, é muito cômodo
643 para os setores que ainda têm interesse que o Brasil continue fabricando motores
644 para exportar para África, e colocá-los em território nacional da mesma forma,
645 mantendo uma só linha de produção, que isso permaneça. E nós temos que sair
646 dessa situação, e nunca imaginar que nós vamos para uma situação colonialista,
647 nós durante muito tempo vivemos combatendo tecnologias obsoletas, vendidas no
648 Brasil, que nos eram fornecidas, e hoje nós estamos passando pela mesma
649 situação, por um comodismo da indústria. Então o que é que faz esse processo
650 avançar? É essa visão republicana que o Doutor Tanus coloca aqui hoje, no papel
651 institucional do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, da presença do IBAMA
652 para que toda essa política pública, esse conjunto de instâncias, o Rota 20 30, o
653 Ministério da Indústria, as instâncias representadas do PROCONV e o próprio
654 CONAMA na sua discussão de resoluções, funcione de forma adequada. E aqui
655 eu gostaria a chamar a atenção para aquilo o que Doutor Tanus colocou muito
656 bem, a necessidade de que a gente tenha boas normas ambientais. A norma que
657 tramita no CONAMA hoje, a 03/90, ela estabelece índices de poluição elevados,
658 ela estabelece o material particulado, material particulado 10, PM 10, 120
659 microgramas por metro cúbico. A França aos 50 microgramas, o que índice da
660 OMS, dispara o seu alarme a 80, Paris para. O metrô e franqueado, existe uma
661 série de medidas de contingência e a nossa proposta é adotar o índice de 120
662 para normalidade? Quer dizer, isso é um absurdo completo do ponto de vista
663 científico. Então, isso tem que ser revisto, essa norma não pode prosperar como
664 está. Além disso, a norma ela cria mecanismos protelatórios, estabelece um valor
665 indicador muito alto com permanência de 5 anos e a após 5 anos os estados
666 remeterão ao CONAMA relatórios, e o CONAMA decidirá se vai passar para a
667 outra fase ou não. Ou seja, é um gatilho protelatório complicadíssimo. O CONAMA
668 tem atribuição dever de ofício, pode rever em norma a cada três anos. Como é
669 que estabelece uma norma que só poderá ser revista em cinco anos dependendo
670 do relatório dos Estados? Então, nós encontramos aí uma série de
671 inconsistências, e essa prática que vem se estabelecendo nessa minuta, ela
672 desvirtua completamente todos os esforços que nós poderíamos ter como indutor
673 de políticas públicas. Se a gente não tiver meta, se não tiver bússola, não tiver
674 alvo a gente não caminha. Tem que colocar a cenourinha na frente do burro. A
675 questão é esta, tem que ter uma posição clara, tem que sinalizar para a
676 sociedade, para a indústria para a aonde nós vamos. Se eles vão não se movem,
677 o setor econômico se move dessa forma. Temos que tirar esse processo da
678 inércia. Além disso, o próprio licenciamento ambiental conforme estabelece a
679 minuta, ele será concedido com o base nos valores vigentes, ou seja, se a gente
680 pegar o material particulado, poderei licenciar 120 microgramas por metro cúbico.
681 Área já saturadas, serão mais saturadas ainda de poluição, áreas em vias de
682 saturação serão saturadas. Então, a própria norma na questão do licenciamento
683 ambiental, ela fere de morte os princípios do licenciamento ambiental prévio, nós
684 temos que avaliar de forma prévia se aquilo irá impactar a sociedade. Essa é a
685 salva guarda republicana constitucional que nós temos. Além disso, quando nós
686 não informamos a sociedade que ela esta sob-risco, ela não se defende, se o vou
687 disparar como a nova norma do CONAMA prevê, 250 microgramas por metro

688 cúbico. 5 vezes mais do que a OMS, e eu vou disparar o processo de formação a
689 população...

690

691

692 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Conselheiro,
693 por favor. Em função da semelhança eu estou sendo condescendente com o
694 tempo com o senhor.

695

696

697 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Então
698 o que nos preocupa é que quando você torna uma norma insuficiente ela sinaliza
699 uma falsa segurança para a sociedade, a sociedade nos protege. Então nenhuma
700 segurança é melhor o que as pessoas buscam a sua própria segurança. Então,
701 estabelecer uma norma, uma meia medida, você joga a população em um lodaçal
702 do desconhecimento, e da falsa segurança. E para finalizar, essas insuficiências
703 de informação a população afetada fere frontalmente o princípio da informação,
704 que no Brasil hoje é muito preservado e nós temos um avanço com relação a isso.
705 Então Doutor Tanus eu o parabeno pelo seu discurso, eu fico muito feliz de ver
706 um executivo, que chefia um departamento importante, que trata de qualidade
707 ambiental do Ministério do Meio Ambiente falando sobre saúde. Eu fico muito
708 satisfeito quando eu vejo o pessoal de saúde falando sobre o meio ambiente. Essa
709 visão multidisciplinar e para levar uma consideração transdisciplinar, uma ação
710 transdisciplinar e o nosso papel. Porque o CONAMA representa isso, ele
711 representa ao final do seu processo uma consistente imaginação transdisciplinar,
712 que pode ser motivadora da sustentabilidade. Porque a questão ambiental ela é,
713 nós somos, eu sempre brinco que nós somos especialistas em generalidades, a
714 gente entende um pouco de tudo para fazer valer esses avanços, e esse papel de
715 compreensão que a saúde, o ambiente e a indústria no caso, nessa discussão
716 nossa aqui. Eles têm que tem que caminhar de mãos dadas. E nós temos que ter
717 claramente essas metas. Então essa Resolução que se propõe hoje, ela não pode
718 prosperar, e nisso pedimos o apoio do Ministério do Meio Ambiente, para que a
719 gente consiga rever uma Resolução que seja realmente protetiva, porque chamo
720 aqui a atenção a proteção insuficiente, ela também passa uma falsa segurança
721 para a sociedade. Muito obrigado.

722

723

724 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito Obrigado.
725 Não havendo a presença da Doutora Fátima o próximo inscrito é o Daniel Barreto
726 do Grupo Ecológico Rio das Contas, seguido do companheiro Roberto Laurent do
727 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Com isso informo
728 aos senhores que ainda faltam 9 pessoas para usar a tribuna livre.

729

730

731 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC)** – Bom dia a todas e a todos. Daniel do
732 Grupo Ecológico Rio de Contas da Bahia. Bom, presidente, a gente tem aqui
733 alguns pontos para tratar, alguns fatos que vêm acontecendo, apesar de ser fatos

734 que estão ocorrendo na Bahia, mas gera algumas coisas. Antes de ontem,
735 derramamento de óleo no Rio São Paulino em Passe de Gandeias, próximo a Ilha
736 de Maré. Mais um derramamento de óleo naquela região, é o terceiro na história
737 daquela região comprometendo a vida de mitos pescadores, marisqueiras daquela
738 região. Mais uma vez, fatos esses que vêm sendo, vem acontecendo. Então, a
739 gente fica muito preocupado com isso naquela região. Outra coisa, que pasmem,
740 que acontece não só na Bahia, mas naquela região do Matopiba todo, é o
741 desrespeito de alguns, não todos, não podemos generalizar, mas de alguns
742 produtores rurais com as questões ambientais, com ordens, com determinações,
743 que dada pelo órgão ambiental de embargo de área, e mesmo assim eles
744 conseguem. E para isso que queria que os conselheiros visualizassem 2 vídeos e
745 2 fotos. Eles são bem rapidinhos, 1 é de minuto e pouco e outro é de 2 minutos.
746 Você pode colocar o vídeo 1, por favor?

747

748

749 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não é praxe de
750 a gente colocar vídeo na tribuna livre. Não é o nosso hábito, inclusive porque são
751 três minutos.

752

753

754 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC)** – A foto pode colocar? A foto. Isso que
755 vocês estão vendo...

756

757

758 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mas é assim
759 conselheiro, se depois, no final da reunião nós tivermos um tempo a gente não
760 tem problema nenhum de passar o vídeo. Nós temos 9 pessoas inscritos ainda.

761

762

763 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC)** – Essa foto só para vocês saberem,
764 isso não é uma voçoroca. O fazendeiro dessa fazenda em Formosa do Rio Preto,
765 ele está simplesmente abrindo essa valeta para impedir que a população de uma
766 comunidade entre na fazenda dele, não só a população. Porque o vídeo mostra a
767 máquina abrindo a valeta e tal. Aí no dia 25 do mês passado a fiscalização
768 ambiental teve na área, que você pode ver o fiscal ali embargando a área e pedido
769 para que ele tampe essa valeta que naquela época já estava com 2 quilômetros e
770 pouco. No dia 09 a comunidade volta lá, as máquinas continuam trabalhando, já
771 com em mais de três quilômetros de valeta aberta, na fazenda. E a gente faz a
772 denúncia e pasmem vocês, a polícia vai até lá, mas não é para fazer nada contra
773 o fazendeiro, é para prender o ribeirinho, o cara da comunidade tradicional que fez
774 o vídeo e fez a voto. Que ficou 4 dias preso em Formosa do Rio Preto sem saber
775 porque estava preso, e foi solto sem saber porque estava solto. Ele só foi preso
776 porque ele fez o vídeo e isso vazou, chegou nos órgãos ambientais, a gente fez as
777 devidas denúncias junto ao INEMA e tal, a Secretaria Municipal. Isso é uma
778 prática que acontece em várias regiões do Matopiba. Então, se no final der para
779 apresentar os vídeos, vai dar para vocês verem exatamente a extensão do

780 tamanho dessa valeta que ele está abrindo. Parece que estamos voltando a ideia
781 média, quando tinha um geral fosso em volta castelo, ele está construindo um
782 fosso em volta da fazenda dele. Diz ele que é para isso, a gente acredita que
783 futuramente vai ser um canal da água, porque essa valeta está indo rumo ao Rio
784 Preto, mas ele não tem licenciamento ambiental para fazer isso, não tem nada .
785 Outro ponto que eu queria, na reunião passada.

786

787

788 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Você já está
789 finalizando? Está Finalizando?

790

791

792 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC) –** Esse ponto sim, tem mais três
793 pontinhos.

794

795

796 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –**Por gentileza.

797

798

799 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (GERC) –** Por favor. Eu também tenho o
800 mesmo respeito do tempo os outros. Mas, vamos lá. Na reunião passada, eu e a
801 conselheira Zuleica fomos escolhidos aqui por essa Plenária para representar
802 esse Conselho no CONSEA, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, só
803 para dar um informe para vocês, a primeira reunião que a gente vai participar será
804 na semana que vem, e estaremos lá fazendo a defesa, buscando um maior
805 controle de transgênicos e agrotóxicos na segurança alimentar. E para a próxima
806 reunião a gente trás um relatório do que aconteceu na reunião do CONSEA. E
807 vamos lá. Outro ponto foi que eu queria destacar e aproveitar hoje que o nosso
808 Ministro foi efetivado o cargo, e que ele tenha maior autonomia para tentar barrar
809 essas nomeações políticas que estão para acontecer no ICMBio, uma nomeação
810 política de uma pessoa que não tem nenhuma afinidade com questão ambiental,
811 não tem histórico ambiental, não tem conhecimento da área, para ocupar o cargo
812 da presidência em um órgão tão importante, que é o ICMBio que cuida das nossa
813 unidades de conservação. E finalizando, Presidente, eu gostaria de lembrar a
814 todos que hoje dia 13 de junho, é o dia nacional do ecologista. Essas pessoas que
815 vem defendendo a punho os nossos biomas, e lembrar o que Brasil é o País no
816 mundo que mais mata ecologista não é novidade para muito pessoas, Soares aqui
817 que o nosso Conselheiro já sofreu ameaça da morte na região dele, eu na região
818 oeste da Bahia já recebi ameaça de morte também, e muitos ecologistas morrem
819 e acontecem várias coisas. Então, em homenagem a todos os ecologistas desse
820 Brasil, eu gostaria de pedir a esse Conselho um minuto de palmas para todos os
821 ecologistas, os vivos que estão lutando e os que já faleceram. Obrigado.
822 *(Palmas!)*.

823

824

825 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom, o próximo
826 inscrito da tribuna livre é o companheiro Roberto Laureano do Movimento Nacional
827 dos Catadores de Materiais Recicláveis e relembro que o tempo regimental do uso
828 da tribuna livre são três minutos. Eu estou sendo muito condescendente hoje e
829 deixando que as pessoas extrapolem esse tempo, mas de novo, eu solicito aos
830 senhores que colaborem com a coordenação dos trabalhos para sermos um
831 pouco mais objetivos. Ainda faltam oito pessoas da tribuna livre.

832

833

834 **O SR. ROBERTO LAUREANO ROCHA (Movimento dos Catadores)** – Eu vou
835 fazer o seguinte eu vou falar na metade do tempo, porque o que eu venho falar eu
836 já falei na reunião passada e falei na retrasada, do retrocesso que a Política
837 Nacional de Resíduos vem tendo nos últimos anos. É muito mais fácil hoje fingir
838 que está fazendo alguma coisa com propaganda na televisão do que efetivamente
839 fazer alguma coisa. O aterro sanitário aqui, que poderia durar, aqui de Brasília que
840 poderia durar mais de 15 anos, vai durar no máximo 9. Mas já arrumaram uma
841 solução para isso. Talvez o Bocuhy não goste muito disso, mas já licenciaram aqui
842 no Distrito Federal, para as duas cimenteiras queimarem o lixo daqui de Brasília e
843 é isso que está acontecendo pelo país a fora. Os catadores de materiais
844 recicláveis estão sendo abandonados, por quê? Não se pensa em uma política de
845 reciclagem no país, e sim numa política ou de aterramento, ou de resíduos, ou de
846 queima de resíduos. Era isso, muito obrigado.

847

848

849 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
850 Eu agradeço pela precisão e pela objetividade também. Nós temos agora aí o
851 Ronaldo do Ponto Terra, seguido da companheira Maria Lúcia da ABES. Ronaldo
852 não está presente?

853

854

855 **O SR. RONALDO LUIZ REZENDE MALARD (Ponto Terra)** – Bom dia a todos.
856 Bom dia presidente. Primeiro dizer a vocês da minha felicidade de estar
857 retornando a este Conselho, eu quero que já fui do CONAMA desde a década de
858 80, faz tempo né gente? E representando o Governo de Minas Gerais, e agora
859 representando novamente a Ponto Terra. As minhas palavras também são rápidas
860 senhor presidente. Primeiramente dizer que endosso as palavras do Doutor
861 Bocuhy e da Doutora Zuleica, porque muito importante essa verificação, essa
862 reavaliação da Política Nacional que nós temos com referência a poluição
863 atmosférica. Para vocês terem uma ideia, agora com a parada dos caminhoneiros,
864 em Belo Horizonte, quem conhece Belo Horizonte? O secretário Germano, o
865 Secretário de estado está aqui presente né secretário? Belo Horizonte fica em um
866 vale, e nós temos a serra do curral, curral Del Rei, que ó símbolo de Belo
867 Horizonte. A cidade fica ao pé dessa serra. E nós estamos realizando um trabalho
868 de preservação da serra do curral, e coincidentemente nesse período, nós
869 estivemos no auto da serra. E é de onde a gente vê a realidade, e demonstra
870 porque que Belo Horizonte chama Belo Horizonte, realmente é uma vista

871 maravilhosa, e nessa ocasião nós estivemos lá e vimos uma redução significativa
872 da poluição de Belo Horizonte. Como? Se você for a qualquer dia em Belo
873 Horizonte na crista da serra, quando você chega aproximadamente 3, 4 horas da
874 tarde, você vê uma nata de poluição em cima de Belo Horizonte. Isso não precisa
875 de monitoramento, não há nada de dados científicos é visual. Quando nós tivemos
876 a parada dos caminhoneiros, em Belo Horizonte nós tivemos as paradas também
877 parcial dos ônibus né secretário, nesse dia que tinha a parada, a cidade, o céu
878 estava limpo. Isso demonstra quanto que nós temos de poluição provocado
879 principalmente por veículos, principalmente aqueles que são, que utilizam o diesel.
880 Então, nós achamos que o PROCANVE realmente tem que ser, ele reativado. Eu
881 estive, eu participei do PROCONVE, no início do PROCONVE representando as
882 ONGs, e desde essa época nós sentimos uma resistência do setor produtivo de
883 petróleo com referência a esses trabalhos. É importantíssimo que a gente refaça
884 essa, todo o calendário do PROCONVE e que em todas as reuniões que nós
885 tivéssemos aqui, nós tenhamos notícias do monitoramento e do que está sendo
886 feito, principalmente nas cidades brasileiras. Muito obrigado.

887
888

889 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Senhores eu
890 pediria agora para agente fazer um acordo de convivência. Já são 11:47, vamos
891 fazer em acordo de convivência? Nós temos ainda a Maria Lúcia, o Luiz Paulo, o
892 Paulo Martini , o Radcliffe da GeBio, o Carlos Eduardo e a Doutora Cavendish. Já
893 que o nosso colega André Babi do Mato Grosso pediu para retirar a essa
894 inscrição. A pauta deliberativa hoje, ela é muito curta, muito enxuta, eu fui
895 informado que vai haver pedido de vistas de algumas ações que poderiam vir a
896 ser deliberadas. Então nós temos aí, quando entrarmos em uma reunião de
897 deliberação, eu acredito que vai ser bem rápido. E temos alguns informes, que
898 estão previstos, perguntaria as senhoras e os senhores se a gente, se vocês se
899 sentem confortáveis, para a gente emendar um pouco a hora o almoço. E
900 conseguiríamos aí terminar por volta das 2, 2:30 e nós todos ganharíamos a tarde
901 para tratar de outros assuntos de interesse dos senhores no Ministério do Meio
902 Ambiente e no IBAMA. Isso está aprovado? Vocês concordam com esse
903 encaminhamento. Ok? Então, vamos tocar um pouco mais rápido a tribuna livre, e
904 a gente já entra na parte de pauta, e a gente já vê se consegue sem prejuízo dos
905 conteúdos e das discussões, encerrar a reunião no início da tarde. Então inscrita a
906 Doutora Maria Lúcia da ABES. Está presente? Em seguida nós temos aí o
907 companheiro Luiz Paulo da Rencas.

908
909

910 **A SRª MARIA LUCIA BERNARDES COELHO SILVA (ABES)** – Bom. Bom dia
911 Maria Lúcia da ABES. Eu, é só uma informação, eu represento o CONAMA no
912 Fundo Nacional de Meio Ambiente, e daqui a 15 dias, vão ser publicadas duas
913 resoluções, a 28 e 29, sobre o novo processo eleitoral para as ONGs CNEA e que
914 tem que se candidatar para essa eleição do fundo nacional. E uma outra
915 informação, é que está saindo o novo edital do fundo para mudanças climáticas
916 em áreas de vulnerabilidade de seca. Que também será lançado este mês. Então

917 são as duas informações para que, como represento o CONAMA não ficar
918 participando das reuniões do fundo sem prestar contas do que está acontecendo
919 por lá. Era isso.

920

921

922 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
923 Inscrito o João Paulo da Renctas. Luiz Paulo desculpe. E em seguida, abriu mão?
924 Muito obrigado, Luiz Paulo. Paulo Martini do INPE. Em seguida nós teríamos o
925 Radcliffe do GEBio. Paulo Martini primeiro.

926

927

928 **O SR. PAULO MARTINI (INPE)** – Obrigado Deusdará. Aproveitando que o
929 secretário estava presente, eu acho que ele saiu. De qualquer maneira ele deve
930 estar ouvindo. A gente está muito devotada e acho que tem fundamento, grande
931 fundamento sobre a poluição dos combustíveis. Mas, a gente sabe que a cidade
932 brasileira mais poluída hoje em termo de qualidade do ar não está relacionado
933 com combustível mas, mas sim relacionado com a exploração mineral que é a
934 cidade de Santa Gertrudes, no interior de São Paulo, quase um bairro de Rio
935 Claro. Eu acho importante que a gente preste atenção também nas outras fontes
936 que estão poluindo o nosso ar. Algumas, inclusive com surpreendentemente com
937 níveis inesperados. Por exemplo, agora recentemente agente terminou um
938 trabalho feito pela Rebeca Lindsay, do Instituto Caltec, e ela fez um levantamento
939 sobre, digamos assim, a subida de ar das áreas de várzea e das áreas de terra
940 firme na Amazônia Brasileira. Nós estamos pensando de ajuda-la para fazer isso
941 na Amazônia Americana. Surpreendentemente nas áreas de várzea, elas
942 produzem no período de cheia, algo equivalente a 6 giga toneladas de carbono. A
943 gente falando de 6 giga toneladas de carbono, agente não tem ideia do que seja,
944 mas vamos transformar isso em elefante. Um elefante tem 60 mil toneladas. 60
945 toneladas. Isso daria alguma coisa em torno de 90 a 100 milhões de elefantes indo
946 para o ar anualmente. Então, desculpe a comparação com o elefante. Eu gosto de
947 elefante. Mas, existem outras fontes da poluição que eu acho que vale a pena a
948 gente se deter, nos estabelecermos isso. Mesmo porque o que futuro disso, é um
949 futuro muito imprevisível. A gente estava lendo ontem que a Gessilever, a Mercur
950 lá de Santa Cruz do Sul, a própria L'Oréal de Paris, estão tratando de mudar
951 completamente o padrão dos seus produtos, exatamente para evitar com que os
952 exagero de poluição do ar seja, digamos assim lançados através dos seus
953 produtos, isso é uma coisa que estão querendo fazer em questão de 10 anos.
954 Então quando nós formos trabalhar com esse tipo a assunto, nós temos de jogar
955 para os próximos 10 anos, porque de repente essa nossa resolução fique tão
956 antiga quanto à outra. Obrigado.

957

958

959 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
960 Paulo, muito importante, esclarecedora a sua informação. Eu tenho agora inscrito
961 ainda o Radcliffe, do GEBio. Desculpa Radcliffe, desculpa Radcliffe, mas eu estou

962 sem óculos. Em seguida teremos o Carlos Eduardo de Alagoas, finalizando com a
963 Doutora Tais Cavendish do Ministério da Saúde.

964

965

966 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBio)** – Deixa só eu ajustar aqui. O meu nome
967 pronuncia, é quase isso mesmo, é Radcliffe Horing. Sou da GEBio. GEBio é uma
968 organização... Faça isso não. Vocês leem o livro O Morro dos Ventos Uivantes,
969 para saber a origem do nome lá. Radcliffe. Horing é alemão, meus avós são
970 alemães. GEBio é um Grupo de Estudos em Biodiversidade, somos lá da região
971 do Sul, do Mato Grosso do Sul. Embora estejamos aqui na região centro-oeste,
972 representamos as entidades da sociedade civil, em alguns lugares ainda fala ONG
973 né? Mas, enfim, eu gostaria de deixar alguns registros aqui e, inclusive cumprir o
974 tempo conforme nós combinamos. Foi falado pela mesa, e até alguns colegas
975 aqui, eu acho que foi o Bocuhy, falou sobre a questão da saúde e outros falavam
976 dos pontos da questão ambiental. Nós tivemos em 2009 uma conferência, foi
977 chamada a conferência de saúde ambiental. Não sei se alguém se lembra disso
978 aí, conferência. Só teve uma conferência, não se deu continuidade disso aí. Foi os
979 protagonistas, foi o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Saúde, o
980 Ministério das Cidades que tocaram essa conferência de saúde ambiental. Eu falo
981 porque da importância de nós fazemos novamente a conferência de saúde
982 ambiental? Teve uma. Porque às vezes nós discutimos aqui com ex-colegas, já
983 até estive presente nos conselhos de saúde, e eles falam, ó porque o meio
984 ambiente lá, ele está causando essas questões de saúde. Nós falamos aqui, se
985 não cuidarmos aqui vai trazer problemas de saúde. Talvez a ideia é que a deixa
986 para que o pessoal está na diretoria, faço uma provocação para voltar a ter essa
987 conferência de saúde ambiental. Só teve uma, para que em conjunto esses dois
988 atores, aqueles que os técnicos estão lá vendo as situações que estão passando,
989 assim como nós também. Então, deixo essa dica. Eu gostaria de falar também da
990 questão, embora me parece que já vão pedir vistas, da resolução que trata aí e
991 reorganiza essa questão de um grande vácuo que que nós temos aí da proteção,
992 da guarda, disciplina. A questão dos animais silvestres, que quem trabalha nessa
993 área. O município vizinho, eu vou deixar o nome aqui, tem um particular lá, um
994 fazendeiro que tem uma área lá do Mato Grosso do Sul, inclusive o meu colega do
995 Mato Grosso do Sul deve conhecer lá, é Greenfarm. O pessoal tem um trabalho
996 bacana lá, essa é uma preocupação seria com isso aí que envolve profissionais e
997 as vezes ele fica bem no vácuo. A gente fala o que ele é? É um local
998 conservacionista, e ele dá um apoio enorme para os estados, que nós sabemos o
999 que estado, às vezes, não tem condições de cuidar. Então, é interessante. Eu
1000 deixo aqui, é uma pena se eu for pedir vistas dessa aí, nessa resolução sair, para
1001 que as pessoas que trabalham nessa área tenham esse amparo. É o caso da
1002 Greenfarm, quando vocês consultam aí no Google Greenfarm, o trabalho que eles
1003 desenvolvem ali, eles precisam desse amparo sabe? Instituições como aquela,
1004 inclusive eles têm câmara ao vivo lá. Vocês vão ver como os animais são
1005 cuidados lá. E para finalizar, eu estava conversando ontem como um colega e
1006 falávamos do papel desse Conselho, eu não me dirijo somente aqui as entidades
1007 ambientalistas. Mas ao conselho como um todo, nós começamos a ver algo que

1008 eu até falei na minha apresentação nessa tribuna quando eu tomei posse o ano
1009 passado, passarmos a analisar o nosso papel que tanto nós falamos do
1010 desenvolvimento sustentável. Que tem uma definição bem básica usada que é
1011 assim, suprir as necessidades das gerações presentes sem impedir que as
1012 gerações futuras supram as suas próprias necessidades. Claro que aí vem toda
1013 uma discussão, quanto tempo dura uma geração. Mas que nós possamos pensar
1014 isso, que as nossas discussões, e as nossas resoluções possam pensar cada ve
1015 mais nas gerações futuras. E hoje nós temos cada vez mais tecnologias de pensar
1016 cada vez mais adiante. Então, às vezes tem-se pensado muito no imediato, a
1017 nossa decisão é mais pensar em visão global, não só de Brasil, embora o
1018 conselho seja nacional, mas pensar em visão global, ver o que está sendo
1019 discutindo para gerações futuras nos outros países. Que nós possamos pensar
1020 dessa forma. Eu deixo aqui o meu agradecimento a mesa e concluo aqui. Bom dia
1021 a todos, e um bom trabalho a todos.

1022

1023

1024 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
1025 Então, seguindo e já finalizando a tribuna livre. Nós temos aí o Carlos Eduardo do
1026 Estado de Alagoas e a Doutora Cavendish do Ministério da Saúde.

1027

1028

1029 **O SR. CARLOS EDUARDO GOMES BARRETO (Estado de Alagoas)** – Senhor
1030 Presidente, parabêniso a mesa na pessoa da Maria Isabel, que é do IBAMA,
1031 senhor presidente é um comunicado que eu vou dar aqui, o conselho. Porque
1032 tanto a gente aqui vê as coisas ruins, como a gente tem que ver as coisas boas. E
1033 o governo do estado de Alagoas agora na gestão do Governador Renan Filho, sob
1034 o comando do secretário Alexandre Aires, e com o apoio e a parceria que temos
1035 com o Ministério Público Estadual nas pessoas dos promotores Lavínia Fragoso e
1036 Alberto Fonseca e também do Instituto do Meio Ambiente na pessoa do Gustavo
1037 Lopes. Nós conseguimos erradicar todos os lixões do Estado em três anos e meio.
1038 E vinha se arrastando há décadas e décadas. Foi um trabalho profícuo, todos
1039 estão, nenhum deles está mais funcionando. São 102 municípios do Estado de
1040 Alagoas sem lixões. Nós fizemos 7 regiões para poder chegar aonde chegamos e
1041 7 consórcios entre os municípios. Hoje temos dois aterros sanitários consolidados,
1042 duas CTRs e um convênio com o Sebrae. E como tem falado aqui o conselheiro a
1043 respeito dos catadores. Em convênio com o Sebrae para atuar junto a esses
1044 catadores. Para não os deixar a margem do trabalho deles na hora de acabar os
1045 lixões, que era de onde eles tiravam o seu alimento, a sua manutenção. E a partir
1046 de agora partiremos para a recuperação das áreas degradadas de um antigo lixão.
1047 Que para também, que é praxe em alguns lugares, quando se fecha o lixão aí fica
1048 para lá abandonado e ninguém faz nada, e aquilo não recuperado, e não tem uso
1049 nenhum. E nós também estamos combatendo isso. É isso o que eu queria dizer
1050 aos senhores conselheiros, ao Senhor Presidente, até para não me estender mais,
1051 porque como vocês eu também acho que deve ser mais rápida a fala da gente
1052 aqui. Obrigado.

1053

1054 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Mais
1055 um. É a minha energia que está ruim. Muito obrigado, bela notícia, parabéns ao
1056 Estado de Alagoas. Agora com Doutora Cavendish do Ministério da Saúde.

1057

1058

1059 **A SRª THAIS ARAÚJO CAVENDISH (Ministério da Saúde)** – Obrigada. Bom dia
1060 a todos e a todas. Eu me somo aqui à fala do secretário Jair, do início da Plenária,
1061 deixando claro o esforço do Governo Federal em renovar o compromisso de editar
1062 uma norma mais protetiva do meio ambiente e da saúde humana no que se refere
1063 a poluição atmosférica. Falando pelo Ministério da Saúde, os dados são claros, a
1064 evidência científica disponível é sólida, a OMS divulga recentemente que 7
1065 milhões de pessoas morrem todo ano em razão da exposição a poluentes
1066 atmosféricos, principalmente material particulado fino. E tantos outros milhões
1067 adoecem gravemente de infecções respiratórias, cânceres, todo o tipo de
1068 morbidade relacionada a essa exposição. Então, a solidez no compromisso está
1069 muito clara. E além de tudo isso, como Governo a gente é muito ciente de o Brasil
1070 ser signatário de uma série de compromissos internacionais, ressalto aqui o
1071 conhecimento de todos da agenda 20 30, onde tanto setor de saúde, como de
1072 meio ambiente se comprometem a reduzir enormemente esses números e
1073 promover a saúde da população. O Brasil, a gente precisa reconhecer esse
1074 cenário privilegiado democrático de regulamentação que é o CONAMA, e em que
1075 pese todos os setores envolvidos, arrolados por um processo estarem
1076 devidamente escutados no processo o, cremos nós que o que deve nortear as
1077 discussões, e as decisões devem ser uma visão mais progressista, e mais
1078 protetiva do meio ambiente e da saúde humana. Com essa visão é que a gente
1079 pretende seguir as orientações do que vier agora de nossa nova proposta de
1080 Resolução de padrões de qualidade do ar. E ressalto também como Ministério da
1081 Saúde que na verdade nós já estamos bem atrasados nessa renovação desses
1082 padrões. Os nossos esforços sempre têm sido de seguir o que já data de 2005 da
1083 OMS, que já está bastante antigo, e que em breve a gente deve surpreendido com
1084 padrões ainda mais restritivos. Então é importante que a gente não perca mais
1085 tempo. Bem eu queria só também além da deixar claro esse compromisso do
1086 ministério em reforçar o debate nas instâncias do CONAMA. Eu queria lembrar a
1087 todos convida-los, a OMS vai promover este ano a primeira conferência global
1088 sobre poluição do ar e saúde no dia 30 de outubro a primeiro de novembro em
1089 Genebra. E lá com certeza o tom do setor saúde vai ser ainda mais reforçado, no
1090 sentido de que os países possam avançar na definição de novos padrões da
1091 qualidade do ar. Então convido a todos para que acompanhem essa agenda
1092 global promovida pela OMS, e reforço o compromisso do Ministério junto as
1093 negociações. Muito obrigada.

1094

1095

1096 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. Bom,
1097 dando continuidade a nossa pauta, nós entraremos agora no item 5. Que é o
1098 encaminhamento da secretária executiva do CONAMA, então peço a Doutora

1099 Adriana para, por gentileza, com a objetividade que a gente precisa dê os
1100 informes. Muito obrigado.

1101

1102 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então,
1103 senhor Presidente com objetividade que a gente realente precisa encaminhar para
1104 chegar na pauta deliberativa, eu queria apresentar, Danilo se você puder colocar
1105 ali. Eu queria apresentar aos senhores um trabalho que foi feito pela equipe do D-
1106 CONAMA, pela Larissa, que é o guia de apoio ao Regimento Interno. Ele é um
1107 trabalho que já está publicado no nosso site. Então, está muito acessível, ele nos
1108 dá para os novos conselheiros, aqueles que tomaram posse agora e aqueles que
1109 chegaram há pouco tempo no CONAMA, ele ajuda e facilita no sentido de
1110 reconhecer alguns procedimentos que estão estabelecidos no Regimento Interno,
1111 mas que são não tão lineares nos artigos. Por exemplo, o pedido de vistas,
1112 retirada da matéria, regime de urgência, quórum para começo da reunião e
1113 quórum para votação. Procedimentos para sociedade civil, como relatório de
1114 viagens, custeio, uma série de questões que vão estar fáceis nesse guia que vai
1115 estar sendo apresentado agora. Então, as instâncias do CONAMA, como é o que
1116 CONAMA se divide, como é que os assuntos tramitam nas várias instâncias até
1117 chegar aqui na Plenária. Questões como grupo assessor que é recente, a Câmara
1118 Especial recursal que está presente no Regimento, mas que há em anos já não
1119 tem uma atividade, porque ela julgava as multas ambientais provenientes do
1120 IBAMA. Então assim, com muito prazer nós apresentamos mais esse trabalho no
1121 sentido de facilitar a vida de quem chega no conselho. E a aproveito para registrar
1122 Deusdará que o próprio site do CONAMA está sendo reformulado, então daqui
1123 para o final do ano nós vamos poder apresentar um novo site com algumas
1124 modernidades, algumas facilidades no acesso a informação. Obrigada.

1125

1126

1127 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1128 Doutora Adriana. Há outro ponto que seria o informe relativo às matérias admitidas
1129 pelo CIPAM, bem como, as não admitidas, conforme paragrafo quinto do artigo 12
1130 do regimento interno.

1131

1132

1133 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então aqui
1134 foram algumas matéria que entraram, e que começaram a ter tramitação. Uso
1135 agrícola de lodo de esgoto, que está na Câmara Técnica de qualidade ambiental.
1136 Utilização sustentável das abelhas sem ferrão em mel policultura, que é um
1137 assunto que vai para a Câmara de Biodiversidade. A readequação de atividades
1138 de criação amadorista de passeriformes, uma lista negativa de espécies da fauna
1139 silvestre e nativa que ficariam proibidas de comercialização, como animais de
1140 estimação, todas essas três estão na Câmara Técnica de Biodiversidades, que é
1141 presidida pelo Marcelo Marcelino. E uma matéria que não foi admitida está sendo
1142 reformulada, que é uma lista de espécies consideradas domésticas para efeitos de
1143 operacionalização pelos órgãos ambientais. E que estas poderiam ser
1144 comercializadas sem uma necessidade de licenciamento ambiental. Essa o

1145 CIPAM entendeu que tinha alguns entraves em termos legais e o Renctas que é o
1146 autor da proposta já está fazendo uma reformulação para reapresentá-la. É isso.

1147

1148

1149 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigada
1150 Doutora Adriana. Passaremos para o item 5.3 que a portaria do Ministro (...) do
1151 cadastro nacional de entidades ambientalistas para o CONAMA.

1152

1153

1154 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então bem
1155 rapidamente. Este é outro ponto que foi objeto de pauta da Comissão Permanente
1156 do cadastro nacional de entidades ambientalistas, que reviu uma série de
1157 procedimentos. E a eleição do CNEA vai acontecer no final desse ano para o ano
1158 que vem. São procedimentos como prazo, inscrição, votação, recurso, a Câmara
1159 que aprecia esses recursos. Então o Ministro vai assinar essa portaria, e ao final
1160 do ano já temos eleições para esses 11, que são os 11 da sociedade civil e eleitos
1161 por esse cadastro nacional de entidades ambientalistas.

1162

1163

1164 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1165 Doutora Adriana. Entramos no ponto de pauta, que seria a apresentação a mesa
1166 de pedidos de inversão de pauta, retirada a matéria por escrito, requerimento de
1167 urgência. Eu entendo que o nosso colega conselheiro, consultor jurídico do meio
1168 ambiente, o Doutor Rafael em uma intervenção a ser feita.

1169

1170

1171 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (ConJur/MMA)** – Senhor Presidente.
1172 Rafael da consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente. Eu fiz um pedido de
1173 retirada da pauta em relação a Resolução 341. Eu verifiquei que os colegas da
1174 PROAN já apresentaram o relatório sobre a resolução, mas ela não foi submetida
1175 ao GA. Então estou pedindo a retirada do tema. É no mais só uma inversão da
1176 pauta que seria agora a Resolução 9.

1177

1178

1179 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1180 Doutor Rafael. Deferido o pedido de retirada de pauta. Passamos então para a
1181 Resolução número 9 de 24 de outubro de 1996 e o Doutor Rafael, desculpa.
1182 Perdão Bocuhy.

1183

1184

1185 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – O Bocuhy
1186 quer fazer uma observação sobre a 341.

1187

1188

1189 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza,
1190 me perdoe que eu estava atento aqui à pauta, eu acabei sendo descortês e não
1191 olhando para o plenário.

1192

1193

1194 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Não é
1195 só para colocar, não é sobre a 341. Nós estamos pedindo vistas da 9.

1196

1197

1198 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – A vocês estão
1199 pedindo vistas da 9 também?

1200

1201

1202 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então só
1203 para ficar registrado e claro. Quanto a 341, o Rafael como coordenador do GA
1204 pediu a retirada da matéria. Quanto a 09 você está pedindo vistas.

1205

1206

1207 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** –
1208 Agradecendo também o Doutor Rafael que o nosso parecer era nesse sentido,
1209 que retirasse da pauta. Obrigado.

1210

1211

1212 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
1213 Então, a gente já passa para o item 7.2. Estão registrados os pedidos de pauta, os
1214 pedido de retirada de pauta. Processo da proposta de resolução CONAMA que
1215 define categorias de atividades ou empreendimentos e estabelece critérios gerais
1216 para autorização de uso e manejo em cativeiro da fauna silvestre e da fauna
1217 doméstica. Eu passo a palavra para a minha colega do IBAMA, Izabel para fazer
1218 sua intervenção.

1219

1220

1221 **A SR^a. MARIA IZABEL SOARES GOMES DA SILVA (Ibama)** – Bom dia a todos.
1222 Então essa é uma Resolução que foi extensamente discutida tanto na Câmara
1223 Técnica de biodiversidade, quanto na Câmara Jurídica. Contudo na visão o IBAMA
1224 ainda tem um item a ser ajustado, portanto, o IBAMA vai pedir vistas nesse
1225 processo.

1226

1227

1228 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
1229 Então o pedido de vistas dessa proposta de Resolução pelo IBAMA. A Doutora
1230 Lisiane está inscrita. Também pede vistas, a Miraserra também pede vistas.
1231 Desculpa gente eu vou ter que botar os meus óculos, porque eu estou...

1232

1233

1234 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – São vários
1235 pedidos de vista e a mesa está com dificuldade de identificar.

1236

1237

1238 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Vocês
1239 poderiam, por gentileza trazer aqui à mesa rapidinho?

1240

1241

1242 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A Renata vai
1243 pegar aqui os crachás só anotar os pedidos de vista.

1244

1245

1246 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O ICMBio, o
1247 GEBio. Por gentileza, agora a Isabel poderia anotar para a gente?

1248

1249

1250 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Agora, eu só
1251 queria fazer um registro Deusdará, porque foi uma avalanche aqui. É, essa
1252 matéria foi extensamente discutida na Câmara Técnica de Biodiversidade, e na
1253 Câmara de Assuntos Jurídicos, nós vamos ter, eu queria deixar o registros de que
1254 nós vamos ter, para a Renata do D-Conama. Fazer um registro para as pessoas,
1255 os Conselheiros que estão pedindo vistas. Essa matéria vai ter que retornar na
1256 Câmara Técnica da Plenária de 22 de agosto, e nós estamos em 13 de junho.
1257 Então, parece que tem muito tempo, mas não tem. Após os 30 dias do parecer
1258 nós vamos fazer uma reunião com os parecerista, que vocês vão viram que são
1259 muitos a fim de conseguir coordenar aonde há dissenso e consenso, que é para
1260 facilitar uma votação na próxima Plenária.

1261

1262

1263 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1264 Doutora Adriana. Bom não havendo nenhuma matéria a ser deliberada, nós
1265 entramos na fase final de reunião, sobre os informes. Desculpe, Marcelo Marcelino
1266 ICMBio.

1267

1268

1269 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Agora nós
1270 vemos que é uma matéria que foi bastante discutida, mas que é bastante densa,
1271 tem uma série de divergências entre a prática dos estados e o os pedidos de
1272 vistas realmente foram muitos.

1273

1274

1275 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Obrigado mesa. Eu na
1276 qualidade de presidente da CTBio, e tendo em vista o que já foi falado, que houve
1277 uma discussão muito extensa, profunda sobre a matéria , mas é apenas um ponto
1278 que está ainda a ser discutido, que eu faço um apelos aos colegas para que se
1279 foquem nesse ponto. Porque se formos discutir todos os demais dispositivos

1280 dessa Resolução, a gente não vai terminar ela nunca. Volta toda a discussão
1281 novamente. E sem a qualificação que se teve a Câmara Técnica, as duas
1282 inclusive, conjuntas. Então, eu peço que encarecidamente, que foque nesse
1283 ponto, e não se expanda e outros dispositivos. Eu sei que há liberdade de fazer
1284 isso, mas é uma questão mais de objetividade, a bem dessa Resolução. Obrigado.

1285

1286

1287 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Doutor Marcelo
1288 Marcelino, uma contribuição totalmente importante. Tentar não reabrir a
1289 discussão. Eu acho que o apelo é legítimo e tenho certeza que os nossos
1290 Conselheiros e Conselheiras estarão focados naquele ponto de divergência. Então
1291 abrimos agora os informes, eu pergunto se o nosso colega, a nossa colega Clarice
1292 já está aqui presente, do ICMBio? Não estando presente eu vou passar a palavra
1293 para o meu membro da minha equipe, o Nilton, para falar dos plantadores de rios.
1294 Lisiane, isso é um assunto, Lisiane. Ela quando fala quer atenção, quando a gente
1295 fala não dá. Lisiane. Bom, esse é um assunto Lisiane, que a gente comentou no
1296 final da reunião passada, que é uma iniciativa do serviço florestal brasileiro de
1297 criar um programa de voluntariado virtual em apoio às nascentes. Então eu me
1298 comprometi em trazer esse assunto para o CONAMA. A gente vai fazer uma
1299 apresentação rápida, e espero que tenha a aderência com todos os senhores, e
1300 que vocês de fato nos ajudem a serem plantadores de rios e incorporem esse
1301 aplicativo, de modo à gente ter aí um conjunto significativo de nascentes sendo
1302 adotados por padrinhos e madrinhas. Nilton por gentileza.

1303

1304

1305 **O SR. NILTON OLIVEIRA (SBF)** – Bom dia a todos. Então, eu sou analista
1306 ambiental do serviço florestal brasileiros, e a gente como nosso diretor falou, essa
1307 iniciativa é do serviço florestal e do Ministério do Meio Ambiente. Plantadores de
1308 rios. Como que ela nasceu? Ela nasceu de uma solicitação do Ministro Sarney na
1309 época, que a gente juntasse água e árvore, como essa relação. E ele estava
1310 correto nisso. E esse programa foi criado em cima alguns dados que nós já
1311 tínhamos dentro do Serviço Florestal. Um deles foi inventário florestal nacional,
1312 porque tem uma pergunta que se vocês olharem dentro do nosso inventário, é que
1313 a gente, uma socioeconômica né? Qual é a importância das florestas? No Estado
1314 do Sergipe, se vocês olharem ali, a produção de água e proteção de nascentes.
1315 Então, no entendimento da comunidade, essa é a função das florestas. Se você
1316 olhar no Espírito Santo também, o primeiro lugar é a produção de água, floresta
1317 serve para produzir água. Também no Estado, aqui é Rondônia, a floresta é
1318 produção água. Rio Grande do Sul, foi o único Estado brasileiro que ela ficou
1319 apertada, porque um ficou 78 e outro 77, ficou em segundo lugar. Porque lá o
1320 entendimento é que floresta serve muito para proteção de ventos, mais ficou já em
1321 segundo. Então essa etapa de lançar um programa e convencer da importância do
1322 programa, de gente fazer mais a proteção das nascentes, com recuperação e
1323 plantio já estava vencida. A gente não precisava mais vencer, a população já
1324 estava ciente de que isso deveria ser feito. Através de um estudo científico fico
1325 desse levantamento que foi nacional. Botei 4 Estados, porque eu não ia passar

1326 todos os estados. Mas, isso já estava colocado. Então, a gente saiu em busca do
1327 que a gente já tinha nos nossos órgãos. Então, no Serviço Florestal como a gente
1328 faz o CAR, a gente já tinha as informações sobre a questão do cadastro ambiental
1329 rural. E também a as pessoas que também queriam já fazer, já tinham feito a sua
1330 adesão ao PRA, que é o Programa Regularização Ambiental já ultrapassava mais
1331 de 50%. Então são pessoas que desejavam recuperar as suas áreas. Então, a
1332 gente diz, olha nós já temos esse dado também. A gente também constatou com o
1333 próprio também, com a base do CAR, que nós temos mais florestas colocadas
1334 dentro do cadastro, por proprietários, do que até unidades de conservações
1335 federais, e unidades de conservações nacionais. Isso era outro dado importante
1336 também que a gente trazia do CAR. E a gente também tem cadastrado, e aí são
1337 um milhão, mais dom milhão hoje, esse número já está defasado, mas de um
1338 milhão e quinhentas mil nascentes no Brasil. Esse é um mapa das nascentes, que
1339 nós temos o nome do proprietário, nós temos a localização georeferenciada,
1340 sabemos a situação desta nascente, se ela está preservada, se ela ainda precisa
1341 de uma recuperação. Então, esses dados eram importantes na criação desse
1342 programa.

1343

1344

1345 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Gente eu estou
1346 aqui para mediar, mas eu tenho que dar essa informação, esse dado é um dado
1347 subjacente do Cadastro Ambiental Rural. A gente não tinha esse foco, né Bocuhy,
1348 Lisiane, mas a gente conseguiu dentro do cadastro, um milhão e setecentas mil
1349 nascentes cadastradas, e é muito importante porque quem declara uma nascente
1350 ela tem. Porque normalmente as pessoas ocultam nascentes, ele tem obrigação
1351 da manter as áreas de preservação permanente. Então certamente essas pessoas
1352 que declararam nascentes nas suas propriedades de posse, são pessoas de boa
1353 fé e essas nascentes de fato existem. Porque a gente cadastrou, verificou
1354 imagens de satélite 5 por 5 metros. Então a gente tem uma resolução muito boa
1355 do estado de conservação dessas nascentes que o Nilton vai apresentar.

1356

1357

1358 **O SR. NEILTON OLIVEIRA (Ministério da Saúde)** – E, também a gente tem o
1359 potencial com esses dados a recuperar mais de 6 milhões de hectares. Então, a
1360 gente com esses dados. E, também temos os dados das nossas concessões,
1361 onde nós temos uma oportunidade, porque para recuperar você precisa de
1362 semente. Você não consegue fazer uma recuperação, mas a gente tem as
1363 concessões, só nas nossas concessões, que Serviço Florestal faz na gestão, nós
1364 temos 290 mil árvores porta sementes, de 275 espécies diferentes. Então com
1365 todos esses dados que nós trabalhamos para fazer o programa plantadores de
1366 rios. E, também temos o nosso centro de desenvolvimento que tem a semente, e
1367 temos os Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável. Porque a gente tem
1368 dentro desse, já em execução um, que eu vou passar agora, e mais 4 para serem
1369 implantados e todos eles já com recursos, um é uma doação, são doações do
1370 banco KFW. E nós temos isso já para ser colocado e ser executado. E 4 nessas
1371 regiões, Sinop, Porto Velho, Santarém que esse vai ser implantado também, e

1372 Marabá, e Teixeira de Freitas que já está em exceção. Teixeira de Freitas já é um
1373 termo de ajuste de conduta local e nós já produzimos um milhão, quase dois
1374 milhões de sementes, mais de 500 mil mudas, nós comercializamos, são nove
1375 comunidades, 78 famílias assistidas, é um projeto que nós já estamos executando.
1376 Então, e os outros centros também fariam o mesmo processo. E aí foi os
1377 plantadores com três eixos, manejar. Que o que é o manejar? É pegar os dados
1378 do SICAR, do nosso cadastro de florestas públicas, do SNIF e do inventário. O
1379 muda que muda, que é a gente pega as iniciativas de recomposição da sociedade
1380 civil, Governo Federal, Estaduais e Municipais. Então, todas essas iniciativas, hoje
1381 nós temos cadastradas várias iniciativas, seja Itaipu, seja a própria SOS Mata
1382 Atlântica, está também cadastrado e todos aqueles que a gente descobre, a gente
1383 solicito as informações e colocamos dentro de um banco para ver somar as
1384 pessoas que já vem trabalhando em recuperação de áreas de nascente aqui no
1385 Brasil. E temos a participação social, que agora eu vou falar dela, que é o
1386 aplicativo, o programa é maior como eu vim falando até o momento. Porém o
1387 aplicativo é a questão da participação social. A gente então está nesse processo,
1388 que a estratégia já foi colocada por mim antes, que é de a gente mapear as ações
1389 em andamento, mapear aonde precisamos fazer a recuperação, e estabelecer
1390 sinergias, com esses três eixos. Então nós fizemos, essa é a tela o aplicativo e o
1391 aplicativo eu entreguei um folder para as pessoas e tem lá fora também, Nesse
1392 folder explica como fazer o cadastro das pessoas, e tem todo, tudo digamos
1393 assim, tentamos botar da forma mais simples possível, e o aplicativo foi feito
1394 também de forma para você, de forma intuitiva para fazer o seu cadastro. Essa é a
1395 tela inicial, onde tem o usuário, a senha, você faz o seu cadastro. Nós temos
1396 então, no aplicativo três grandes grupos. O primeiro, aqueles que nós chamamos,
1397 que são aqueles que são detentores de imóveis no SICAR. Então, todas daquelas
1398 1 milhão e 700 mil nascentes foram colocadas dentro do aplicativo. Elas estão
1399 disponíveis para adoção, nós temos também as pessoas físicas e jurídicas, são
1400 aqueles que querem ajudar. E acho importante essa questão da água do Brasil,
1401 estou vendo a situação que está hoje, e eu quero ajudar. Então ela está também
1402 com essa oportunidade de poder ajudar, e tem os prestadores de serviço. Porque
1403 você tem três entes. O primeiro, aquele 1 milhão e 700 mil nascentes de
1404 produtores cadastrado no CAR, as pessoas que querem ajudar e aqueles que
1405 prestam algum serviço, às vezes, é um produtor do insumos que tem mudas e
1406 sementes e quer comercializar, as vezes é uma assistência técnica, que um
1407 engenheiro florestal quer botar o seu nome, quer participar do projeto, esses
1408 seriam remunerados por aquele que adotar. O cadastro é super simples, nós
1409 temos as duas telas ali, onde você faz o seu cadastro, e você também pode se
1410 cadastrar entrando com o Facebook, e você coloca os seus dados. Eu vou rápido
1411 pouco tempo. Depois que você passo faz o seu cadastro, aí nós chamamos de
1412 padrinho ou madrinha, aquele que quer adotar a nascente. Esse, ele depois faz o
1413 cadastro, ele pode escolher, pelo região, eu posso colocar Brasília e descobrir
1414 todas as nascentes do Distrito Federal. Aqui do próprio IBAMA, é geolocalizado,
1415 você bota um raio de até 15 quilômetros e aparece. Então por isso que eu botei as
1416 duas telas, você pode procurar das duas formas, mas isso também propicia a
1417 pessoa que estão fora do Brasil poder ajudar, porque se ele pode colocar o local,

1418 ele pode também participar. Porque se fosse só onde a gente está, ele não
1419 conseguiria em um raio de 15 quilômetros. Então você tem das duas formas, como
1420 descobrir qual é a sua nascente. E aí quando você seleciona uma nascente ele faz
1421 uma rota para você, te dá a distância, ali está assim porque eu peguei um outro,
1422 mas mais na frente vai ter a bacia que ela já está inserida e os colaboradores que
1423 essa nascente já existe. Você também informa com qual nesse cadastro, de que
1424 forma que você quer ajudar. Então tem um leque grande de opções, ali nesse
1425 exemplo foi instalação de cerca, controle de formigas e cupins e o de mudas. Mas
1426 se vocês olharem, a gente tem essa lista, e está até cortada, porque tem mais
1427 itens que você pode ajudar. E depois que você seleciona e diz como que quer
1428 ajudar, sai você dá um ok. O pedido foi enviado para o proprietário rural. O que
1429 tem também um aplicativo. Chega para o aplicativo uma mensagem dizendo José
1430 Roberto, um exemplo né, quer adotar a sua nascente. E aí abre o chat, e a gente
1431 brinco que isso daqui foi bolado, o chefe é o Teender das árvores. É o Teender
1432 das árvores, por quê?

1433

1434

1435 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mas a ideia é
1436 um site mesmo de relacionamento, a gente fala assim, que as nascentes
1437 procuram árvores para um relacionamento com sentimento.

1438

1439

1440 **O SR. NEILTON OLIVEIRA (Ministério da Saúde)** – E aí rolou sentimento. O que
1441 é o sentimento? E o chat que abre para o proprietário e você que quer ajudar, é
1442 padrinho ou madrinha poderem conversar. Que legal eu estou sabendo que você
1443 tem essa nascente e eu queria ajudar. Que dia eu posso ir aí, vem domingo aqui
1444 que eu estou com minha família, você já vê a nascente, e aí é uma relação dos
1445 dois. Entre aquele que quer ajudar e o proprietário. Mas, aí como a gente estava
1446 apresentando isso também fora do Brasil, mas aí como é que a pessoa de fora vai
1447 conversar com o proprietário aqui, como é que vai fazer, já que as línguas são
1448 diferentes, então a gente criou uma tradução simultânea. Onde o chat também,
1449 você pode conversar, as pessoas que querem ajudar de fora do Brasil, podem
1450 fazer essa relação também de conversa com a tradução simultânea e poder de
1451 alguma forma ajudar as nascentes brasileiras. E depois disso está firmado entre
1452 as partes, que quer ajudar que e o padrinho ou a madrinha e o proprietário, e eles
1453 podem procurar no próprio aplicativo alguém na região que possa fornecer os
1454 insumos para poder fazer essa recuperação. E em vez de você sair procurando no
1455 Google, onde tem alguém que faz, tem um viveiro para você comprar as mudas,
1456 no próprio aplicativo os fornecedores se cadastram para isso. Também tem uma
1457 coisa que era uma preocupação grande, que era o proprietário rural ficar
1458 desconfiado, mas agora o cara vai vir aqui, e entrar na minha terra, e querer ser
1459 dono de minha nascente, eu não vou dar essa entrada aqui. Então, tem um termo
1460 de uso quando você baixa o aplicativo, que fala exatamente isso, que isso não dá
1461 direito a nenhum padrinho ou madrinha de ser dono daquela nascente, de entrar
1462 sem permissão. Isso já é dentro do próprio aplicativo, quando você baixa, você
1463 está aceitando as condições. Aqui também tem outra coisa, as vezes a gente

1464 chega lá, e a Taís, a Taís chega e ajuda. A minha propriedade do Nilton, joia,
1465 chega lá e me dá as mudas, eu pego e depois de um mês ela volta lá e eu não
1466 plantei uma muda, eu peguei e vendi para o meu vizinho as mudas. O que a Tais
1467 vai fazer? Aí já vem de outro aplicativo, é tipo o Uber, um avalia o outro. Eu vou
1468 avaliar a Taís, e a Taís vai me avaliar, como também vai avaliar os fornecedores.
1469 Então aquele por enquanto ali, no exemplo da Caroline, ela está bronze, porque
1470 ela não teve ainda nenhuma avaliação. Mas, quando ela tiver, realmente eu fui lá
1471 plantei, quando Taís voltar está lá o plantio, o que vai acontecer? Ela vai me
1472 avaliar, não aquele proprietário é correto e eu vou dar um ouro para ele aqui, e eu
1473 vou dizer, ela me ajudou mesmo, a Tais e eu vou dar também o ouro. E aí quando
1474 ela for ajudar o outro, o cara diz, deixa eu ver a classificação da Thaís aqui, não
1475 ela é uma pessoa que quer ajudar mesmo. E a mesma coisa quando vocês forem
1476 ajudar, adotar uma nascente, você vai saber se o proprietário já teve a
1477 experiência, e como é que ele foi avaliado pelo seu parceiro. Aqui é uma
1478 campanha de Lavras, Lavras foi a desenvolvedora desse aplicativo. A
1479 Universidade Federal de Lavras, e ela já está até com a campanha na rua,
1480 falando, é porque a imagem não está boa, mas um leite sem água, e falando da
1481 falta d'água não brincadeira, e ela já adotou as nascentes todas da sua região.
1482 Hoje está fazendo um trabalho e aí nós estamos dentro dessa construção. Era
1483 isso, mas agora, como eu falei por enquanto são só nascente que estão dentro do
1484 Cadastro Ambiental Rural, porém nós temos nascentes urbanas. Eu vou dar um
1485 exemplo aqui, quem é de Brasília, nós temos o parque olhos d'agua, que nós
1486 temos nascentes aqui, que não estão são dentro do aplicativo, não estão porque.
1487 Quem é o proprietário? É o IBRAM, aqui é o órgão estadual EMA né? Mas, nós
1488 vamos agora, na próxima fase, e isso é uma constante, uma evolução do
1489 aplicativo, a próxima fase a gente chama de o Pokémon das nascentes, que é a
1490 gente poder ir procurar uma nascente que ainda não está, e inserir para que ela
1491 poder ser ajudada, a urbana. Então, gente séria basicamente isso, e outros
1492 passos, mas pelo tempo e, também estou a disposição se tiverem dúvida e se o
1493 chefe quiser também colaborar e aí a gente fala. Obrigado.

1494

1495

1496 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado. A
1497 Lisiane pediu a palavra, e depois nós vamos ter o relatório, informe sobre o
1498 relatório de gestão de influências públicas também para o serviço florestal
1499 brasileiro e a questão do Parque Nacional de Fernando de Noronha.

1500

1501

1502 **A SR^a. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Eu achei muito incentivador o
1503 programa o aplicativo principalmente. E aí eu queria fazer uma pergunta em
1504 relação a esse padrinho, madrinha. Também tem a opção de quem protege contra
1505 a degradação? Porque tem várias áreas que estão sendo ameaçadas.

1506

1507

1508 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Desculpa
1509 Lisiane eu não entendi?

1510 **A SRª. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Essas nascentes que tem ali
1511 padrinho e madrinha, ali fala mais é de quem está recuperando. E aqueles que
1512 estão impedindo que seja degradado, também podem entrar?

1513

1514

1515 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pode. Na
1516 verdade assim, quando você clica lá e se geoposiciona, ela te dá no raio de ação
1517 todas as nascentes existentes. Nós classificamos essas nascentes cadastradas
1518 em verdes e vermelhas. As verdes, o proprietário está cumprindo o dever de casa,
1519 ele está conservando o APP, existe APP. As vermelhas, por uma classificação que
1520 a gente fez por imagem de satélite, o proprietário não está cumprindo a suas
1521 obrigações do Código Florestal. Então, o padrinho ou a madrinha pode entrar para
1522 ajudar aquele que já está conservando. Ele pode optar por adotar uma nascente
1523 não conservada, e pode adotar uma nascente já conservada o aplicativo é aberto,
1524 e essas informações todas Lisiane estão na Internet. Todas essas 1 milhão e 700
1525 nascentes, se vocês quiserem ver essas nascentes, elas estão no www.car.gov.br,
1526 do lado direito tem uma consulta pública, você clica e você vê todas as nascentes
1527 cadastradas, pode fazer um download, você pode tirar da nossa pagina e colocar
1528 no *arquegiz* e trabalhar separadamente. Então tudo que apresentamos aqui, esse
1529 é o aplicativo no Android, que você pode baixar agora, mas todas as informações
1530 por trás do aplicativo estão disponíveis para consulta. Esse é um problema. Mas é
1531 uma iniciativa que a gente tenta seduzir o cidadão para essa importância das
1532 nascentes, porque a gente só tem a preocupação quando a gente abre a torneira
1533 e não tem água. Esquece que tem todo um processo atrás.

1534

1535

1536 **A SRª. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Eu estou perguntando por que
1537 tem áreas, eu trabalho em áreas que não sinal e até para GPS é muito difícil, por
1538 causa da mata fechada e o grau de inclinação é muito grande, e ali não tem nem
1539 sinal. Tem uma maneira que pudesse fazer tipo pegar alguma coordenada
1540 próxima, uma foto, pode ser?

1541

1542

1543 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Isso, essa é a
1544 terceira fase de aplicativo que eles está chamando de Pokémon Go, é caçadores
1545 de nascentes. Então a ideia é você, por exemplo, fotografar a nascente e se o seu
1546 celular tiver as coordenadas você pode chegar próximo da Internet, você
1547 encaminha para o banco de dados e cadastra essa nascente como sendo uma
1548 nascente nova, isso tudo é evolutivo, agente quer mesmo colocar a possibilidade
1549 do cidadão usar a questão do aplicativo, especialmente os mais jovens que têm
1550 essa percepção ambiental, posso ser jovens de cabeça. Não tem problema. Para
1551 que eles possam de fato colaborar com essa iniciativa. Francisco da FURPA.

1552

1553

1554 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu quero realmente
1555 destacar que esse é em grande projeto, os plantadores de rio. Antes eu dizia a

1556 muito tempo que nós deveríamos dar todo o apoio, todo o incentivo e isentar de
1557 qualquer tipo de tributação aqueles que são portadores, donos de nascentes de
1558 rio, de córrego, que chamamos também os produtores de água. Eu acho que, até
1559 que eu digo que a água, não sei que está aí, não tem dono, é um bem público,
1560 todo mundo, existem alguns lugares no Nordeste e no semiárido que alguém tem
1561 lá a nascente e quero impedir que o agricultor ou alguém que vá pegar água para
1562 beber. Então, eu acho que em bem público, e deve ser isento, deve até ser
1563 remunerado. Eu acho que quem tem água, que está doando para os demais,
1564 deveria receber até uma remuneração. Quem vende energia não ganha
1565 remuneração, quem vende planta não ganha, porque quem libera a água também
1566 deve ser remunerado, afinal de contas ele vai preservar muito mais. Se ele não
1567 criar uma RPPN, uma Reserva Pascal de Patrimônio Natural, mas os plantadores
1568 de rios, é importante esse projeto, porque eu disse que eu chamava antes os
1569 produtores de água. Esses produtores de água devem receber todo o incentivo até
1570 ser remunerado, até isento de qualquer imposto territorial, aquelas áreas que
1571 estiverem destinadas a produção de água.

1572

1573

1574 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1575 Francisco. A gente está trabalhando em um projeto, que na próxima reunião talvez
1576 a gente possa apresentar para vocês, que são pagamentos de serviços
1577 ambientais. É uma quase moeda, que uma remuneração seria para aqueles que
1578 têm nascentes preservadas, que poderiam ter negociações em mercado de
1579 possíveis remunerações via bolsa para poder manter o seu ativo. Nós temos
1580 agora mais um inscrito. Por gentileza.

1581

1582

1583 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBio)** – Já que estamos com tempo. Parabenizar
1584 pelo aplicativo. É algo que vai ao encontro de um trabalho que nós fazemos lá na
1585 nossa ONG, nós temos um viveiro de mudas. E ela nasceu de um projeto dentro
1586 do município, de 2 córregos que passam no município, e na época adquirimos um
1587 recurso, e o viveiro, a gente fornece mudas gratuitamente para aqueles córregos,
1588 os proprietários e a nascente, o percurso ali do córrego. O projeto concluiu, o
1589 recurso que tinha acabou, e porém, nós temos o viveiro. Eu gostaria de saber
1590 assim, eu já estou até mandando para o meu pessoal, olha pessoal vamos ver
1591 como que funciona isso aí. Já entra aí na plataforma e vê. Eu gostaria de saber
1592 como que a nossa entidade, a ONG, detalhar mais além do que o colega falou, o
1593 nosso viveiro, nós queremos colaborar. Ocorre que o que a gente tinha para dar, o
1594 recurso, era gratuito, a gente quer manter esse viveiro, se de alguma forma
1595 alguém pode patrocinar, nem que seja a preço de custo para manter somente o
1596 viveiro, que tem nascentes próximas, além desses córregos e a nossa ONG já
1597 cadastrar e começar a participar com as mudas, que é da região, que é ali do
1598 bioma, Mata Atlântica, um pedaço de cerrado, poder colaborar. Que você possa
1599 detalhar de que forma as ONGs, no meu caso, no nosso caso, que nós temos
1600 esse viveiro, já de imediato poder começar a participar de alguma forma. E como

1601 que seria algum tipo a recurso para manter para pelo menos manter os doadores.
1602 Como é que funciona esse intercâmbio?

1603

1604

1605 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Nós temos um
1606 terceiro, além do produtor, do padrinho ou madrinha, tem um terceiro agente que é
1607 o prestador de serviço. Então seria importante depois, você pegar o contato do
1608 Nilton, para primeiro a gente expor que você tem o viveiro. Sendo, na sua região,
1609 no raio de ação da sua região, a gente fala ó produtores, existe um viveiro que
1610 pode colaborar, ou pode vender mudas, ou doar mudas para recuperação de
1611 nascentes. Então esse aplicativo também permite esse tipo de iniciativa. A gente
1612 cadastra sua iniciativa, coloca lá nas iniciativas q existem. E você entra como
1613 sendo um prestador de serviço. E na medida em que as pessoas estiverem no
1614 Mato Grosso do Sul, no município onde está o viveiro, no raio de ação dele, eles
1615 podem, olha tenho o conhecimento que tem um viveiro, eu quero ajudar aquela
1616 nascente com mudas do viveiro A, B, C ou D. Então era importante você
1617 conversar com o colega Nilton ali depois, para ver como é que a gente cadastra
1618 vocês como prestadores de serviço, e que isso se alastre para o bem.

1619

1620

1621 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBio)** – Inclusive já vou fazer lá por sindicatos
1622 rurais. Para que eles tenham conhecimento assim, os proprietários darem a ideia
1623 de fazer isso para os outros Estados. Levar lá para o sindicato dos proprietários
1624 rurais, eles terem conhecimento e divulgar entre eles.

1625

1626

1627 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Isso é muito
1628 importante. O processo de comunicação é esse, É de credibilidade, é de boca a
1629 boca, para poder a gente chegar no objetivo da gente. Bom nós temos dois
1630 informes ainda, um relacionado a gestão de florestas públicas, que o pessoal já
1631 esta aí. Quem vai apresentar? Nilton, você de novo com gestão de florestas
1632 públicas? Cadê, a Janaina já está aqui, é Humberto também. Então a gente
1633 consegue fazer rapidinho esse informe e depois a gente passa para a nossa
1634 companheiras do ICMBio.

1635

1636

1637 **O SR. NILTON OLIVEIRA (SBF)** – Gente eu vou falar do fundo nacional de
1638 desenvolvimento florestal. O nosso fundo, ele é um fundo orçamentário. Ele foi em
1639 2010 regulamentado, nós já tivemos 19 chamadas públicas, dois editais e foram já
1640 contemplados 4 biomas, a Amazônia, caatinga, cerrado e a Mata Atlântica. E
1641 dentro do fundo, a gente faz produção de mudas, manejo florestal comunitário,
1642 capacitação de agentes extensionistas e estudantes de ensino médio, assistência
1643 técnica, faz o atendimento da gestão de empreendimentos comunitários,
1644 regularização ambiental, que é ó apoio ao cadastro ambiental rural e a
1645 recomposição da vegetação. Pode passar porque isso vai estar mais para frente.
1646 Isso é a criação, que já foi falado e também a finalidade. Qual é a finalidade,

1647 fomentar o desenvolvimento e atividades rurais sustentáveis e promover a
1648 inovação tecnológica no setor florestal. O fundo, para todo ano se tem que ser
1649 apresentado um plano de aplicação. Então, eu vou falar do plano de 2018, que
1650 também já foi aprovado. Nós temos duas reuniões ordinárias do Conselho, onde
1651 no final do ano a gente faz a apresentação do PAAR, e no meio do ano a gente
1652 acompanha esse andamento do nosso plano anual. Nós temos um conselho e
1653 esse conselho delibera, e no meio do ano ele verifica se aquilo que foi deliberado,
1654 o andamento. Se já fizemos as duas desse ano recentemente tivemos a de
1655 monitoramento no meio do ano. Nesse ano de 2018, nós temos como temas
1656 proprietários o fomento da ampliação da cobertura vegetal, pesquisa em
1657 desenvolvimento florestal e a promoção do manejo comunitário familiar. Nesse
1658 período de 2010 a 2017, nós já tivemos 19 chamadas públicas, 2 editais, e os
1659 biomas, como eu já falei, que já foram contemplados, Amazônia, caatinga, cerrado
1660 e Mata Atlântica. Aqui a gente colocou a carteira de projetos, de chamadas que
1661 nós fizemos, e se a gente olhar a caatinga e a que tem mais projetos. É o bioma
1662 mais contemplado dentro do fundo. Nós tivemos arrecadado 30 milhões, e já
1663 fizemos, executamos 22 milhões. E refletindo aquilo que eu tinha colocado agora
1664 pouco na execução financeira. Vocês podem olhar que a caatinga se destaca. Dos
1665 22 milhões, 16 milhões e 800 já foram destinados para a caatinga. E só também
1666 falar sobre o fundo. Ainda está planejando lançar mais um edital, que é uma
1667 continuidade de um edital que também era da caatinga, e que a gente vai pegar
1668 recurso nossos da fonte 100 e destinar, para poder fazer mais um projeto, que é
1669 uma continuidade do outro. Nós entregamos mais de 56 mil, ajudamos a ser
1670 elaborado para os pequenos produtores, o cadastro ambiental rural. Então,
1671 estamos finalizando e agora temos que fazer a outra etapa e dar continuidade. E
1672 tinha também planos de manejo. Então, estamos nessa fase dentro do fundo para
1673 2018 era isso sobre o Fundo. Que é rapidinho, porque a nossa apresentação e
1674 maior.

1675

1676

1677 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado
1678 Nilton, nós temos mais dois pontos do relatório. O Zé Humberto, por gentileza,
1679 também da nossa equipe lá do Serviço Florestal Brasileiro.

1680

1681

1682 **O SR. JOSÉ HUMBERTO (Serviço Florestal Brasileiro) –** Boa tarde a todos, sou
1683 José Humberto gerente de monitoramento e auditoria florestal do Serviço Florestal
1684 Brasileiro. A partir das informações do cadastro nacional de florestas públicas, que
1685 em 2017 tinham mapeado 311 milhões de hectares, nós identificamos as áreas
1686 com potencial para estabelecimento da concessão florestal. E identificamos, e
1687 publicamos no relatório que foi elaborado do PAOF, do plano anual de outorga
1688 florestal de 2017, que tem vigência no ano de 2018. Florestas em 4 estados da
1689 federação. Essas florestas constantes do PAOF em 2018 somam um total de
1690 pouco mais de 3 milhões e 300 mil hectares, com uma estimativa aí de área de
1691 efetivo manejo, da ordem de 1 milhão e 300 mil hectares. Nós atualmente
1692 contamos com 17 contratos de gestão florestal, distribuídos nos estados do Pará e

1693 estado de Rondônia, todos em florestas nacionais, até o momento. Em 2017 nós
1694 tivemos uma produção efetiva de 174 mil metros cúbicos de madeira, o que
1695 corresponde ainda em torno de 1,5% da produção de madeira em tora da
1696 Amazônia. Ainda a gente não tem uma escala significativa, mas estamos
1697 conseguindo aumentar esse nível de produção gradativamente. A arrecadação, só
1698 volta um pouquinho, a arrecadação dessa produção em 2017 foi da ordem de
1699 quase, praticamente, 6 milhões de reais. Esse é só o histórico de produção, a
1700 gente vem, então crescendo, desde o início de concessão florestal em 2010. E a
1701 gente espera esse ano dar um salto bastante significativo, tendo em vista que a
1702 gente tem algumas outras áreas que entrando em produção, principalmente na
1703 flora de cachuanã. Do que, do cumprimento dos contratos, a gente tem
1704 indicadores técnicos de desempenho, um desses indicadores é voltado para
1705 aplicação de recurso para comunidades locais. Em 2017 foram arrecadados para
1706 comunidades locais no entorno das concessões, 537 mil reais, para aplicação em
1707 infra estrutura e serviços para essas comunidades. Não espero que vocês
1708 consigam ler isso aqui, mas o relatório detalhado está na site do Serviço Florestal
1709 Brasileiro. Mas eu vou chamar só a atenção para os número gerais, dos 5 pouco
1710 mais, de praticamente 6 milhões de reais, arrecadados. Uma pequena parcela vai
1711 para o Serviço Florestal. 40% vai para ICMBio, ou seja, dois milhões e é destinado
1712 para acesso, para o gestor da floresta pública sobre concessão. 20%, ou seja, 1
1713 milhão e 53 mil é destinado ao fundo nacional de desenvolvimento florestal, que o
1714 Nilton acabou do apresentar. Outros 20%, para os estados que recebem a
1715 concessão, no caso no ano passado Rondônia e Pará, e mais 20% restantes para
1716 os municípios que recebem a concessão florestal. Distribuição do recurso do
1717 indicador social no ano passado, o dado que eu tinha falado anteriormente, desse
1718 indicador de 500 mil que foi arrecadado em 2017. Mas o que foi efetivamente
1719 aplicado em 2017 foi mais que isso. Foi 1 milhão e 8 mil, justamente decorrente de
1720 recursos arrecadados em anos anteriores. E esses recursos foram aplicados no
1721 município de Oriximiná, Itapuã do Oeste. Se a gente pegar, por exemplo, o que foi
1722 aplicado para o município de Itapuã do Oeste e comparar com o recurso, por
1723 exemplo, que o município, que é um município bastante pobre arrecada com o
1724 IPTU, por exemplo, a gente vai ver que isso é um volume de recurso significativo.
1725 Então é a concessão florestal ajudando a mudar um pouco a realidade desses
1726 municípios. O controle de produção da concessão ambiental é feito e
1727 monitoramento por um sistema de rastreabilidade específico do Serviço Florestal.
1728 Temos também um aplicativo que faz o gerenciamento dessa informação, vocês
1729 podem entrar na loja da Google Play ou no site do Serviço Florestal, baixar esse
1730 aplicativo e ir acompanhando diariamente a produção na concessão florestal.
1731 Obrigado. Era isso.

1732

1733

1734 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado José
1735 Humberto. Finalizo essa parte com a Doutora Janaina, Engenheira Florestal,
1736 gerente de cadastro ambiental rural do Serviço Florestal Brasileiro. Entenderam
1737 agora porque eu não deixei vocês falarem muito na tribuna livre, para poder
1738 também a minha equipe falar um pouco no final da reunião. Janaina, por favor.

1739 **A SRª JANAINA (Serviço Florestal Brasileiro)** – Bom dia gente, eu sou Janaina
1740 Rocha, eu sou gerente de cadastro do Serviço Florestal Brasileiro, e a gente atua
1741 tanto com cadastro ambiental rural, como com o cadastro nacional de florestas
1742 públicas. Na manhã de hoje, pelo tema que é o nosso relatório de gestão anual, a
1743 gente vai trazer para vocês o cadastro nacional de florestas públicas de 2017, e
1744 num contraponto com o cadastro de 2016. Para dar para vocês essa sensação do
1745 que está reportado no relatório desse acompanhamento anual que o Serviço
1746 Florestal desde a sua criação vem fazendo no país em relação às florestas
1747 públicas. Bom, então o cadastro ele é interligado ao sistema nacional de cadastro
1748 rural, o SNCR, ele é composto pelo cadastro geral de florestas públicas da União,
1749 e pelo cadastro das florestas públicas dos estados e Distrito Federal, incluindo
1750 também os cadastros quando estão em âmbito municipal. A regra geral para
1751 essas florestas públicas é que o polígono de floresta pública poderá conter áreas
1752 de sem floresta, desde que inferior a área com cobertura florestal, com o objetivo
1753 principal de recuperá-la e mantê-la com a cobertura florestal. Então vocês vão ver
1754 como nas práticas a gente atua com essas informações. Então as categorias que
1755 são consideradas são as áreas inseridas no cadastro de terras indígenas,
1756 unidades de conservação federais e estaduais. Nesse caso, essas áreas, tanto de
1757 terras indígenas, como de unidades de conservação, ainda que elas não tenham a
1758 cobertura vegetal nativa totalmente preservada ou conservada. Elas são
1759 contabilizadas porque tendo em vista, o regime de proteção das áreas, elas
1760 naturalmente retornarão a ter essa cobertura florestal. As unidades de
1761 conservação que não são totalmente de domínio público, que admite-se as áreas
1762 particulares, como as áreas de APA, áreas RPPN, monumentos naturais e refúgio
1763 de vida silvestre não são incluídas. Então a gente tem três estágios, no primeiro
1764 estágio que o de identificação, que é o principal objeto do relatório de gestão de
1765 florestas públicas, a gente tem três categorias de florestas. Florestas públicas do
1766 tipo A, que ela tem a dominialidade pública e uma destinação específica, ou seja,
1767 é uma floresta pública destinada a unidade de conservação. A terra indígena, ela
1768 já tem a destinação indicada. A tipo B, que tem dominialidade pública, mas que
1769 ainda não foi destinada a utilização, nem da sociedade e nem de áreas de
1770 conservação, ou terras indígenas, ainda estão sem destinação. Resumidamente
1771 são glebas públicas arrecadadas, mas ainda não destinadas. Florestas públicas
1772 tipo C, que são as florestas públicas que o Serviço Florestal não conseguiu
1773 identificar a dominialidade nas bases de dados o que país tem hoje. Mas, que tem
1774 cobertura de vegetação nativa. Aí após isso vem o estágio de delimitação e
1775 demarcação, que é quando efetivamente lá no final, nessa demarcação que é
1776 quando efetivamente se inclui essas florestas no plano de outorga, e que segue
1777 para as concessões florestais, quando é o caso. Os tipos de florestas. Então aí é
1778 uma definição mais por extenso disso que eu expliquei tanto da do tipo A, quanto
1779 a do tipo B que são os principais objetos dos relatórios e do próprio cadastro. E a
1780 destinação das florestas públicas tem como objetivo garantir o acesso seguro aos
1781 bens derivados das florestas a população e contribuir para o ambiente saudável
1782 para as futuras gerações. Então o principal objetivo desse cadastro é colocar a
1783 disposição de sociedade e de todas as outras instituições que têm interface com a
1784 gestão dessas florestas, os dados anualmente qualificados e comparados com os

1785 anos anteriores para refinamento das tomadas de decisão e investimento na
1786 gestão desse patrimônio que são as nossas florestas. Esse é um diagrama
1787 mostrando mais ou menos, como é a nossa dinâmica todos os anos para fazer a
1788 atualização dessa informação para a sociedade. Então para as florestas públicas
1789 do tipo A, a gente consulta as bases oficiais do cadastro nacional de unidades de
1790 conservação do ICMBio e das terras indígenas da FUNAI, faz toda uma análise
1791 tabular, para conseguir identificar algum ajuste que teve, ou a entrada, a criação
1792 de unidade de repoligonização. E nesse aspecto é importante a gente ressaltar no
1793 que ano de 2017, foi o ano de maior participação dos estados na atualização das
1794 suas unidades estaduais e, também, mobilizando os municípios. Então, a gente
1795 queria registrar o agradecimento do empenho dos estados, dos órgãos ambientais
1796 e gestores das unidades de conservação dos estados, tanto na atualização dos
1797 seus dados, para o cadastro nacional de florestas publicas junto ao Serviço
1798 Florestal, quanto na mobilização dos municípios para que a gente consiga também
1799 enxergar as florestas municipais, e as que têm destinação. Nas tipo B, então as
1800 bases da dados que a gente utiliza, são as glebas públicas, tanto inscritas no
1801 SIGEF, quanto no SNCI, no SNCR também no INCRA, quanto na SERFAL, por
1802 meio do programa terra legal. É feita a mesma análise tabular das alterações,
1803 comparação com os anos anteriores. E a partir disso a gente passa para análise
1804 geo., que é o cruzamento dessas bases, e a organização dessas geometrias, para
1805 tornar esse dado disponível e utilizável pela sociedade. Em relação a comparação
1806 do ano de 2016 para o ano de 2017, a gente teve uma redução de cerca de 1
1807 milhão de hectares de áreas das florestas públicas, por conta da destinação aos
1808 privados. Então houve um acréscimo dessas áreas que tiveram regularização
1809 fundiária concluída. Isso foi atualizado nas nossas bases de dados. E por tanto
1810 essas florestas deixam de ser públicas e passam a ser privadas. Esse é o mapa
1811 das florestas por tipo, lá no final da apresentação tem o link no Serviço Florestal,
1812 em que vocês podem interagir com esses mapas, tanto fazer download das
1813 informações, como em um mapa interativo que o Serviço Florestal lanço agora no
1814 último dia 05 de junho, em que vocês conseguem ligar e desligar em uma
1815 aplicação online todas as bases da dados, inclusive do cadastro ambiental rural,
1816 do cadastro nacional de florestas públicas, futuramente do inventário florestal
1817 nacional, as áreas da concessão florestal, para que vocês consigam visualizar a
1818 interação desses dados. As nascentes, todos os dados declarados no cadastro
1819 ambiental rural, todos os dados do cadastro nacional de florestas públicas. E a
1820 gente está preparando a base da dados de dados de informação do inventário
1821 florestal nacional, e das concessões florestais para que colocar também a
1822 disposição nesse MAPA interativo. Então, houve uma redução em torno de 4
1823 milhões e hectares nas floresta do tipo B em 2017, lembrando que as florestas do
1824 tipo B são aquelas que têm dominialidade pública, mas não tinha destinação.
1825 Então foram ampliadas terras indígenas nas unidades de conservação, criadas e
1826 outras terras indígenas nas unidades de conservação. Então hoje elas passaram
1827 da tipo B, para a tipo A. Na tipo A, então a gente teve um acréscimo de mais de 3
1828 milhões. E essa diferença que a gente tinha lá na B, e que não passou para a A,
1829 foi o mais de 1 milhão de hectares que foram regularizados fundiariamente e
1830 deixaram, portanto, de serem públicas. Esse é o quadro de divisão, o que está

1831 sobre a dominialidade federal, estadual e municipal, e que está a disposição de
1832 vocês nessa base do cadastro nacional de florestas públicas. Então houve a
1833 redução em mais de 1 milhão de hectares por conta da destinação ao privado. no
1834 âmbito estadual houve um acréscimo de cerca de 1 milhão de hectares de
1835 florestas públicas cadastradas em relação a dois 2016. Especialmente por esse
1836 esforço dos órgãos estaduais, em fazer as suas informações chegarem ao
1837 cadastro nacional de florestas públicas, e em nível municipal também houve o
1838 incremento de 24 mil hectares com intensa participação dos estados na
1839 mobilização dos municípios, inclusive na coleta dessas informações junto aos
1840 municípios, e repasse ao Serviço Florestal Brasileiro. A gente registra aí o
1841 agradecimento. Em relação a 2016 e 2017, a gente tem o percentual o bioma com
1842 cobertura de floresta pública, tanto para cada um dos principais biomas do nosso
1843 país.

1844

1845

1846 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu só queria
1847 chamar atenção Janaina, se você me permite o aumento de florestas públicas na
1848 área da Mata Atlântica. Não é significativo, mas passou de 1,15% do bioma para
1849 1,23. Essa iniciativa, ela foi materializada em função dos municípios começarem a
1850 criar unidades de conservação das atividades de você unidades de conservação
1851 municipal na Mata Atlântica, isso é uma tendência muito importante mostrar.
1852 Porque na verdade o município está entrando no jogo também no sentido de
1853 aumentar a base de áreas das unidades de conservação. Então a alteração não é
1854 significativa do ponto de vista percentual, mas em área ela é relevante.

1855

1856

1857 **A SR^a JANAINA (Serviço Florestal Brasileiro)** – Isso, obrigada. A redução em
1858 relação a alguns outros biomas se deve principalmente a regularização fundiária
1859 ou a repoligonização de alguma unidades de conservação ou recategorização,
1860 lembrando que uma unidades de conservação que era, por exemplo, uma reserva
1861 extrativista, e se torna uma área de proteção ambiental, ela deixa de ser
1862 contabilizada da forma de dominialidade pública. Por que a partir do momento que
1863 ela vira APA, ela pode ter dominialidade privadas. Então a planilha geral do
1864 cadastro de 2016 com as áreas, ela está a disposição de vocês no site. Todos os
1865 dados estão categorizados por cada um dos Estados, em cada uma das florestas,
1866 tanto destinadas, quanto não destinadas. Tipo A e tipo B, como é colocada no
1867 regulamento nacional de florestas públicas. Em 017 a mesma informação está
1868 disponível e todos esses dados estão disponíveis lá para vocês, nesse link que a
1869 gente vai passar. Desde 2010 vocês conseguem visualizar a dinâmica e no mapa
1870 interativo, vocês conseguem ver o dado mais recente, pode passar esse era o
1871 mapa das florestas do cadastro nacional de florestas publicas em 2016. Mais um,
1872 por favor, esse é o nosso MAPA de 2017. E aí gente fez um destaque para colocar
1873 a disposição de vocês, de quais foram as áreas em que houve algum tipo de
1874 alteração entre 2016 e 2017, para que fique mais fácil a visualização de vocês nos
1875 mapas tanto de 16, quanto de 17, quando for de interesse. Esse ó nosso link onde
1876 a gente tem o mapa interativo e tem todo o cadastro nacional de florestas públicas

1877 desde 2010 À disposição. E a gente agradece a atenção, e estamos à disposição
1878 lá no Serviço Florestal. Obrigada.

1879

1880

1881 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Obrigado
1882 Janaina. Eu queria dar um informe para os senhores, que eu esqueci. Que
1883 pediram para a gente ler quem fez pedidos de vistas da Resolução relacionada ao
1884 manejo, da questão da fauna. Então foi o IBAMA, a APROMAC, a CNCG, a
1885 Renctas, o Ministério do Meio Ambiente, o GEBio, o Estado de Minas Gerais, o
1886 Estado de São Paulo, e o Distrito Federal. Mira serra, vamos anotar aqui a Lisiane
1887 Miraserra. Tem alguém aqui que se sentiu... Só a Lisiane mesmo, então está ok.
1888 Na questão do grupo assessor, a retirada de pauta da 341, ficou só pelo nosso
1889 consultor jurídico, Doutor Rafael. Na questão da 09/96, pediram vistas a PROAN,
1890 a ANAMMA, e a região Norte. Isso a ANAMMA Norte e a PROAN, só para
1891 registrar em ata, para que eventualmente a gente possa fazer o acompanhamento
1892 dos pedidos de vistas e ressaltar ao Renato o pessoal do CONAMA de incluir no
1893 pedido de vistas a Miraserra, a Doutora Lisiane. Vamos finalizar com o informe
1894 sobre Fernando de Noronha, cadê o meu colega do ICMBio. Quem vai
1895 apresentar? Obrigado. Alguém queria falar. Desculpa Bocuhy, eu estou sem
1896 óculos aí já viu né? Não, não, já falei. A semelhança física com o presidente da
1897 mesa me permite ser condescendente com você.

1898

1899

1900 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM) –** Só
1901 sobre essa questão de que quando vocês apresentaram o relatório do florestas.
1902 Isso me despertou muito interesse pelo seguinte, nós pedimos que o Mercosul
1903 encaminhasse um tratado internacional, para a proteção dos rios voadores.
1904 Porque nós, a descoberta é relativamente recente de que a própria produção da
1905 floresta dos (...) é que acaba provocando a chuva. E essa chuva é transportada
1906 pelo Continente, desde a Amazônia, entrando até o Pantanal. E depois indo até
1907 toda a Bacia do Prata. Não há nenhum mecanismo de proteção desse grande
1908 ecossistema continental. Na nossa proposta feita ao PARLASUL, que é a área
1909 parlamentar o MERCOSUL, eles acataram e já está em discussão a possibilidade
1910 de um tratado internacional visando a proteção desse grande ecossistema. Eu
1911 queria solicitar que a gente fizesse uma discussão sobre isso de forma integrada
1912 com o relatório das florestas. Porque justamente as áreas florestadas que dão
1913 essa sequência para transposição da umidade. Acho que o CONAMA precisaria
1914 se debruçar sobre essa matéria.

1915

1916

1917 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Eu fico muito
1918 entusiasmado com essa ideia e inclusive eu também sou Presidente da Câmara
1919 Técnica de florestas e demais vegetações. A gente poderia levar isso na Câmara
1920 Técnica, para fazer uma discussão a respeito disso, não que vá derivar para uma
1921 Resolução. Mas pelo menos vai trazer para o CONAMA algo mais informativo,

1922 mais condensado que dê subsídios ao Ministério do Meio Ambiente e ao Governo
1923 Brasileiro de fazer esse tipo de gestão.

1924

1925

1926 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Presidente do PROAM)** – Uma
1927 questão também que é interessante que é a motivação desse pedido. Ela se
1928 reporta aos tratados internacionais de proteção da biodiversidade. Porque toda a
1929 área do Pantanal depende desse tipo a ecossistema, tem a questão de
1930 praticamente, de todos os acordos, a partir de Estocolmo, da Rio 92. Nós temos
1931 aí, eu diria uma obrigatoriedade mesmo de reconhecer esses ecossistemas e
1932 protegê-los. E nesse aspecto de rios voadores se fala bastante sobre rio voador.
1933 Mas ainda nós não tivemos um debate sobre como esse ecossistema é importante
1934 para e Brasil. Não só para o Brasil, mas para toda a América do Sul.

1935

1936

1937 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Perfeito,
1938 estamos a disposição, só para te dar uma informação extremamente importante.
1939 São 311 milhões de hectares em florestas públicas no Brasil. 311 milhões de
1940 hectares. O cadastro ambiental rural fechou em 31 de maio, com 480 milhões
1941 informações, inclusive de florestas na sociedade privada. Então se nós somarmos
1942 essas informações. O que está comprovado, e o que está público, nós temos aí
1943 em torno de 740 milhões de hectares mapeados. Hora, em um país que tem 800
1944 milhões de hectares, nós temos um bom conhecimento do nosso território. Então
1945 nós podemos sim reivindicar que os nossos vizinhos façam também o seu dever
1946 de casa, e nos ajudem nesse processo de discussão. Porque o nosso dever, bem
1947 ou mal, a gente está conseguindo cumprir, mapear e monitorar. Então eu acho
1948 que é um assunto extremamente importante, que a gente podia trazer para o
1949 CONAMA, uma discussão mais embasada. E como disse, subsidiar o Ministério
1950 do Meio Ambiente, relações exteriores, e outros Ministérios envolvidos para levar
1951 esse tema para debate. O meu colega do ICMBio, por favor. Você quer pegar o
1952 microfone? Por favor, pegue ali.

1953

1954

1955 **O SR. RICARDO BROCHADO (Instituto Chico Mendes)** – Bom dia. Bom dia a
1956 todos da mesa. Bom dia ou boa tarde, passou da hora do almoço, apesar não ter
1957 almoço. Agradeço a oportunidade de trazer informações sobre a questão lá de
1958 Fernando de Noronha. Registrar aqui além de outros colegas, mas feliz em ver os
1959 nossos colegas do Ministério da Defesa e da Marinha do Brasil aqui que
1960 compartilham com a gente, entre outros territórios aspectos de gestão de área. Eu
1961 não conheço a pessoa, mas também é um registro do senhor Antônio Carlos da
1962 associação, caso necessário mais informações de campo mais atualizadas, talvez
1963 ele possa me complementar aqui. A demanda que chegou para gente foi fazer
1964 informes sobre a preservação e conservação. A desculpa deixa eu me apresentar
1965 né? Meu nome é Ricardo Brochado, eu sou analista ambiental do Instituto Chico
1966 Mendes. E hoje estou na função coordenador da coordenação geral de criação,
1967 planejamento e avaliação de unidades de conservação. A demanda que chegou

1968 para a gente é para a gente trazer informações sobre a situação ambiental. O que
1969 está acontecendo, o que estamos fazendo em relação a Fernando de Noronha,
1970 relacionado a visitação. Eu trouxe uma apresentação a princípio mais completa do
1971 que eu entendo que tenha tempo aqui, eu vou passar de maneira rápida, mas
1972 vocês, por favor, me controlem, e caso necessário tem conteúdo aqui que a gente
1973 pode aprofundar mais, se tiver tempo e necessidade.

1974

1975

1976 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – O importante é
1977 disponibilizar para todos os conselheiros na página do CONAMA depois a sua
1978 apresentação.

1979

1980

1981 **O SR. RICARDO BROCHADO (Instituto Chico Mendes)** – Ok. Então a
1982 apresentação, ela é mais completa do que o tempo que a gente tem aqui.
1983 Registrar também a presença da nossa procuradora chefe substituta, a Doutora
1984 Larissa do ICMBio, que pode me defender aqui caso eu precise. Bom a demanda
1985 inicial é um informe sobre a preservação, conservação e proteção. O que está na
1986 pauta registrado é visitação no Parque Nacional Marinho de Fernando de
1987 Noronha. Na pauta do CONAMA. E o que a gente está trazendo aqui é alguns
1988 aspectos sobre uso e ocupação. Quais as principais pressões e a situação que a
1989 gente tem lá. E o que os ICMBio tem procurado fazer junto com outras instituições
1990 para melhorar o contexto. Só um mapa ilustrativo, é o mapa usado para
1991 divulgação lá, para a área do turismo. A área mais clara é aproximadamente o
1992 limite da área de proteção ambiental, Fernando de Noronha, Roca, São Pedro e
1993 São Paulo. A unidade tem a principal gleba aqui, mas tem também em Atol das
1994 Rocas e arquipélago São Pedro e São Paulo. E a área verde, e uma faixa marinha
1995 em volta é o Parque Nacional. Se a gente esta falando de Fernando de Noronha, o
1996 interesse que se tem lá, as pessoas vão para lá para visitação, e boa parte dessa
1997 visitação está dentro do Parque Nacional. Mas o que a gente está trazendo aqui
1998 de conteúdo para essa fala é em relação a gestão da área de proteção ambiental,
1999 que é onde se concentra toda a estrutura de hospedagem, alimentação e afins,
2000 que dá suporte para as pessoas poderem visitar o parque em volta. É um breve
2001 contexto, eu vou passar rápido aqui porque o tempo é curto, mas assim, a
2002 intenção é de alguns pontos sobre a história, digamos, administrativa do território,
2003 começando em 86. A história começa muito antes disso. Mas bom em 86 foi
2004 criada a APA, em 87 um decreto que vincula o território ao Ministério do Interior,
2005 ainda como território federal, e nesse decreto já tinha uma série de definições de
2006 caráter ambiental. Então a preocupação com a gestão ambiental do território ela é
2007 explícito e formal, e registrada em uma série de documentos já ha algum tempo.
2008 Então isso é um que trata da administração e claramente tem uma preocupação
2009 com aspectos ambientais. A APA obviamente. Em 88 teve um primeiro
2010 zoneamento, zoneamento para defesa ecológica do território. Então assim remete
2011 uma preocupação já há bastante tempo, e com delimitação de áreas, com cuidado
2012 ambiental, para manter a capacidade de suporte do território. Assim por diante, a
2013 criação do Parque Nacional, em 88, em 1990, o plano de manejo do parque. E

2014 2000 um plano de gestão do arquipélago que também tem um zoneamento. Trata
2015 especificamente de capacidade de carga e ele, nesse mesmo processo tem uma
2016 instrução normativa que define, vou entrar em um pouco mais de detalhe, mas
2017 define uma série de critérios e parâmetros para a ocupação e para visitação. Em
2018 2001 nós tivemos uma moção do CONAMA, que trata de uma série de questões
2019 relacionadas a elaboração de plano de manejo, a implementação de ações de
2020 controle ambiental, proposta de que os órgãos que têm compartilham a
2021 responsabilidade de gestão lá à época IBAMA, mas hoje ICMBio. A administração
2022 no território, principalmente trabalho em conjunto, definam protocolos e maneiras
2023 de trabalhar em conjunto. Bom, plano de manejo da APA em 2005, instrução
2024 normativa, uma nova instrução normativa da administração em 2007, que altera
2025 alguns parâmetros. O estudo de capacidade de suporte pelo ICMBio em 2008. E
2026 2010 início, e conclusão agora em 2017, a revisão do plano de manejo da APA.
2027 Para ter uma ideia da visitação, então esse é um gráfico que trata da visitação
2028 histórica de 2016, Então a gente tem um início menor, mas tem uma média mais
2029 ou menos entre 99 e 2013. q Que a gente considera como um fluxo relativamente
2030 constante do número de visitantes. A gente está falando de número de visitantes,
2031 porque ele é a quantidades de visitantes. Obviamente o comportamento dele
2032 condiciona o tamanho do impacto desse visitante, mas a quantidade de visitantes
2033 condiciona uma série de serviços desnecessários e que é a análise da capacidade
2034 de suporte. Então 99 a 2013, um fluxo relativamente constante. A partir de 2014
2035 um aumento de 15%, e relacionar diretamente com a ampliação do número de
2036 voos. 2015 e 2016 um aumento de 40%, 2017 cerca de 94 mil visitantes. Então
2037 assim uma taxa crescente e nos últimos anos bastante alta de aumento no
2038 número de visitantes. A informação semelhante, comparação entre 2013 e 2017. E
2039 o registro de janeiro 2017 um incremento quase 80% da média histórica. Aqui o
2040 detalhe das instruções normativas que eu falei, de 2000 a 2017. No que trata da
2041 capacidade de suporte de visitantes. A de 2000, ela trata de um limite de área
2042 médio de 130, e a de 2007 ampliou para 246, uma média de visitantes diários.
2043 Esse é um valor que condiciona a demanda de serviços. A capacidade de suporte
2044 feita pelo ICMBio, também não vou entrar em detalhe, próximo slide. Uma série de
2045 informações relacionadas a capacidade de suporte pelos serviços relacionados a
2046 isso, água, esgoto, número de leitos, uma série de itens. Em 2008, a capacidade
2047 de forma física calculada era para 6 mil pessoas, ao mesmo tempo, 425 a menos
2048 do que a normativa de 2000. Então em 2008 o estudo é um pouco mais cauteloso,
2049 com um número um pouco menos. Mas, já naquele momento os registros eram de
2050 1400, 1450 pessoas na média a cima desse limite. Então assim, o limite foi
2051 colocado abaixo da realidade, colocada não, a identificação de que agente já tinha
2052 extrapolado a carga naquele momento. Bom os serviços básicos, água, esgoto.
2053 Então para entrar em um pouco de detalhe disso, lixo energia. Aqui alguns
2054 recortes de notícias de problemas relacionados a isso. Falta de água, falta de
2055 tratamento do esgoto, falta de energia. Pode ir passando, por favor. Bom já falei
2056 um pouco, mas por favor, esses limitantes estão diretamente relacionados com
2057 serviços e com espaço do território a ser ocupado para as diferentes atividades,
2058 entre elas os leitos de moradores e visitantes, moradores temporários ou não.
2059 Mais turistas a consequência é mais moradores, porque preciso de mais

2060 moradores para trabalhar e atender esses turistas. Então o negócio lá é turismo,
2061 tem uma relação direta. Há uma estimativa de que para cada turista novo são
2062 demandados de 1 a 3 moradores temporários. A maior ocupação e a conversão
2063 para meio de hospedagem, esse MH diminuiu as disponibilidades de leitos para
2064 moradores ou espaço para isso, e aumento em cadeia de todos os componentes
2065 do impacto ambiental. Em relação a qualidades de experiência do visitante, só
2066 uma informação resumida em relação a isso, esse aumento do número de turistas,
2067 não é acompanhado pelo aumento do número possível de visitantes nos atrativos.
2068 Então, só uma ideia dos 80 mil visitantes em 2016, apenas 16 mil foram para o
2069 Atalaia que é um dos principais atrativos e relacionando a capacidade de receber
2070 esses turistas. E outros exemplos ali. Então há uma saturação em relação à forma
2071 que está operando hoje em relação a isso também. E que é bastante diluído ao
2072 longo do tempo. Só algumas imagens e trilhas cheia de gente, e relacionada a
2073 isso. Filas para entrar em atrativos, tem mais gente para entrar do que é permitido,
2074 então é uma situação que está se tornando cada vez mais comum. Então não é só
2075 o impacto ambiental, é também o impacto na qualidade da visita. Revisão do
2076 plano de manejo de 2017, é um trabalho de longo prazo, um trabalho que se
2077 iniciou em 2010, um trabalho conjunto com vários atores, e muito trabalho junto
2078 com a administração do território, porque a gente compartilha uma
2079 responsabilidade de gestão em relação ao uso e ocupação do território muito
2080 clara. Nós estamos em uma área de proteção ambiental e a administração do
2081 território. Então a gente tem responsabilidades compartilhadas para isso. Estou
2082 extrapolando muito o meu tempo?

2083

2084

2085 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** Está
2086 finalizando? Porque a gente tem talvez a contribuição lá que o colega quer dar.

2087

2088

2089 **O SR. RICARDO BROCHADO (Instituto Chico Mendes) –** Eu posso ir direto,
2090 que talvez esse contexto e seja claro para todo mundo. Eu posso ir direto para fim.
2091 Então, por favor. Aqui assim, então o plano de manejo, ele define, na verdade tem
2092 uma série de definições anteriores, e esse plano de manejo reforça algumas,
2093 detalha outras no nosso ponto de vista melhora outras também. Mas ele define
2094 claramente limites para novas construções. Então tem uma série de norma
2095 relacionada a isso. E a gente identificou hoje, licenças e autorizações, e
2096 intervenções no território, que estão ocorrendo a revelia da norma prevista no
2097 plano de manejo, que tem força de lei. Então assim alguns exemplos disso. São
2098 algumas imagens em relação a isso. Também normas em relação ao controle
2099 migratório, que tem relação direta com essa pressão do uso. Bom o que a gente
2100 está, medidas já adotadas, em andamento, estamos falando de medidas de agora,
2101 de um mês atrás, dois, três meses atrás. Porque esse contexto de novo, plano de
2102 manejo. E essas ações, licenças e essas obras que estão acontecendo são
2103 recentes. Bom, a gente fez reunião, direção do ICMBio, procuradoria, gestor da
2104 unidade, juntamente com a administração da ilha, uma série de conversas, Nota
2105 Técnica específica em relação a isso, parecer jurídico. E formalizamos junto a

2106 administração e a CPNRH que é o órgão licenciador do Estado de Pernambuco
2107 essa situação, solicitando informação e solicitando cancelamento de licenças e a
2108 não emissão novas licenças. Até o momento nós não tivemos nenhuma resposta
2109 em relação a esses ofícios. Elaboração de uma nota técnica complementar, e
2110 mais recentemente a comunicação dos fatos ao Ministério Público Federal e a
2111 SPU. Estamos nesse momento agora, com esses dois órgãos e tratando de
2112 possibilidades dos próximos passos. O que gente vislumbra em poucas linhas
2113 para os próximos passos. Fortalecer ações de fiscalização, do sentido de
2114 paralização, embargo, ação nesse sentido. Por enquanto nós não agimos nesse
2115 sentido porque estamos com uma comunicação entre os órgãos, solicitando
2116 informação, paralização. Então as medidas próximas tendem nesse sentido. Mas
2117 isso é uma ação de parar o problema, e com uma visão de longo prazo, que na
2118 verdade esse longo prazo já remete uma demanda de longo prazo, a próprio
2119 moção do CONAMA de 17 anos atrás já falava disso, mas há necessidade da a
2120 gente organizar o nosso trabalho conjunto com a administração, CPRH, protocolos
2121 de análise, valorização, renovação de licenças e afins. E assim um destaque aqui,
2122 é a que a gente parte desse debate, a gente discute muito em relação aos
2123 número, qual é o tamanho da capacidade, qual é a quantidade de pessoas, mas
2124 uma sensação de que a discussão para esse coletivo ainda está focada talvez de
2125 mais em uma matemática, procurando na precisão da matemática, e faltando uma
2126 ação mais efetiva no sentido da gestão para melhoria da real capacidade da
2127 suporte. No sentido de realmente implementar estruturas que ataquem a
2128 capacidade de suporte, que melhorarem a capacidade de suporte. E não só ações
2129 administrativas, paliativas ou que não cheguem a isso. Bom é isso. Vocês têm o
2130 meu contato. Obrigado. Desculpe o atraso.

2131

2132

2133 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Companheiro
2134 Ricardo eu queria verificar se eu posso passar a palavra direto para ele? A
2135 desculpa, complementação e depois eu passo para ele.

2136

2137

2138 **A SR^a LARISSA (ICMBio)** – Só fazer uma complementação aqui de dois
2139 minutinhos da fala do Ricardo, eu sou da procuradoria do ICMBio. E eu queria
2140 fazer em breve relato aqui. Eu fiz uma visita na unidade, na APA aí no parque na
2141 verdade, em fevereiro. Fui acompanhando a presidente substituta, a Silvana
2142 Canuto e mais uma outra equipe, porque o instituto está de fato direcionando uma
2143 série de ações e projetos para Fernando de Noronha, como todos devem saber.
2144 Existe uma medida provisória que foi recente convertida em lei, concernente a
2145 compensação ambiental. Então uma grande parcelas desses recursos, o instituto
2146 tem a intenção de direcionar para Fernando de Noronha, a gente sabe que está
2147 precisando de melhorias no Centro de Visitantes, construção de uma série de
2148 estruturas lá para melhoria da gestão, e para a melhoria da visitação, mas a gente
2149 verificou que de fato o núcleo de gestão integrada de Noronha, a gestão do
2150 ICMBio lá, tem enfrentado uma série de dificuldades. Eu vejo muito como uma
2151 reação em cadeia. A gente tem uma pressão em razão do incremento do turismo

2152 que tem levado a uma pressão por novas construções de novas pousadas, novos
2153 meios de hospedagem. E com isso quer se aumentar o número de voos. E com o
2154 número de voos aumenta a pressão sobre a capacidade de suporte que já está
2155 ultrapassada no que toca saneamento, eletricidade, e enfim todas essas questões.
2156 E o ICMBio vem tentando a interlocução com o órgão ambiental estadual, a
2157 CPRH, para tentar resolver esse tipo a problema, mas o fato é que ainda nós
2158 temos uma série de conflitos a dirimir ainda. A gente sabe que a relação entre o
2159 ICMBio, e o Estado de Pernambuco na figura do seu órgão ambiental, é uma
2160 relação de horizontalidade, não pode impor nada. Mas o fato é que nós temos
2161 verificado sim que infelizmente têm sido emitidas licenças ambientais para meios
2162 de hospedagem em contrariedade ao plano de manejo. Nós temos uma celeuma
2163 com o Estado de Pernambuco, já de longa data com relação ao grau de ingerência
2164 do ICMBio no licenciamento ambiental. O que me preocupo nos meios de
2165 hospedagem, que traz essa reação em cadeia com relação a capacidade de
2166 suporte, ao número de voos, a quantidade de pessoas na ilha, de moradores e
2167 turistas, enfim, o que me preocupa é que o plano de manejo é claro. Houve um
2168 aumento da área urbana do plano manejo para demandas habitacionais dos
2169 Ilhéus, dos moradores, a gente sabe, é um problema real da ilha o déficit de
2170 moradia. E já se tem verificado licenças, pedidos de licenças e licenças emitidas
2171 para pousadas nessa área urbana que é exclusiva para a residências. E também
2172 se tem verificados emissão licenças, quando o plano a manejo diz claramente
2173 como o Ricardo pontuou rapidamente, que não será autorizada a construção, a
2174 regularização, o aumento de meios de hospedagem. Leia-se pousadas, pousadas
2175 domiciliares, hotéis. O plano de manejo, ele é claro gente, não dá mais. Fernando
2176 da Noronha não pode mais, ter mais, não tem mais suporte, não tem mais carga
2177 para aguantar mais do que já tem de estrutura e de visitantes. Então, nós estamos
2178 tentando dentro de nossa capacidade, nossa governança fazer uma interlocução
2179 com as autoridades, a SPU, a CPRH, o Ministério Público Federal tem tomado pé
2180 da situação, porque tem questionado o ICMBio a respeito e nós estamos dando as
2181 informações, porque temos inclusive o dever de dar essas informações. E essa
2182 situação grave que foi colocada aí, essas fotografias que o Ricardo mostrou,
2183 dessas pousadas que vem sendo construídas, em sua grande maioria já pós-
2184 revisão do plano de manejo. Então o plano de manejo ratificou a proibição, foi
2185 construído de maneira participativa com a sociedade, e a comunidade junto com o
2186 ICMBio ratificou que não poderia haver novas pousadas, pelo menos até que haja
2187 uma melhora de condições da infraestrutura da ilha. E isso não ocorreu até o
2188 momento. Então o ICMBio está atuando, e vai atuar esses meio de
2189 hospedagem, vai ter que preceder, está já nesse momento fazendo isso, existe u,
2190 processo administrativo aberto para autuações, cancelamento dessas licenças, já
2191 foi oficializado a CPRH solicitando expressamente o cancelamento dessas
2192 licenças. Então, uma situação que preocupo e o ICMBio como órgão gestor, como
2193 eu disse está tomando as medidas, que a gente consegue, no nosso alcance.
2194 Dentro da nossa governança, mas assim é um apoio de outras autoridades
2195 interessadas em resolver o problema. Eu acho que fazendo um coro, um reforço a
2196 essa nossa tentativa de tentar equacionar esse problema, ela é muito válida.

2197 Principalmente vindo aqui dessa seara que é o CONAMA. Então, todo o apoio, ele
2198 é valido. Obrigada.

2199

2200

2201 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado, Dra.
2202 Larissa. Eu queria passar a palavra diretamente, se os senhores permitem para o
2203 Francisco, você quer fazer uso da palavra? Por favor.

2204

2205

2206 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu gostaria de dar o
2207 espaço aqui para Antônio Carlos que é o presidente da assembleia popular do
2208 popular e depois eu faria as minhas complementações.

2209

2210

2211 **O SR. ANTÔNIO CARLOS (Assembleia Popular de Fernando de Noronha)** –
2212 Boa tarde, na verdade a todos. Essa colocação que foi feita aqui pelo ICMBio
2213 sobre essa questão dos meios de hospedagem, existe uma grande enganação
2214 nas nova áreas urbanas que foram cedidas pelo IBAMA. Na negociação com o
2215 Governo do Estado de Pernambuco para o fim habitacional, que quando o plano
2216 de manejo estava sendo revisto, na verdade, para contemplar uma, um erro que
2217 existia da limitação da zona de preservação lá na ilha, as novas áreas cedidas
2218 para habitação, no caso novas áreas urbanas, na semana seguinte a negociação
2219 aqui em Brasília, já tinham sido aprovados projetos de resorts nessas áreas.
2220 Enquanto isso o déficit habitacional da ilha que é alto, até porque Noronha não vai
2221 mais crescer em questão territorial, é um ilha, não tem para onde crescer. E nós
2222 temos hoje, eu tenho 24 anos idade, eu fui eleito presidente da associação,
2223 assembleia popular noronhense, que é um órgão representativo da população, e
2224 eu sou da geração quartinho, eu não tenho onde morar, eu moro dentro de um
2225 quarto, e na minha situação existem várias famílias. Eu não sou casado, eu não
2226 tenho filho, mas tem colegas que estudaram, comigo, que moram em Noronha, e
2227 só são pais, são mães, que vivem dentro de quartos com os seus filhos. Em
2228 situações desumanas do ponto de vista onde nós temos um auto padrão de
2229 turismo. E enquanto isso nós estamos vivenciando em Noronha várias
2230 construções. Inclusive construções de mega resorts. Para você ter uma ideia uma
2231 delas, é que tem em cada quarto uma piscina privativa. E a pousada tem uma
2232 piscina olímpica. Enquanto na minha casa se eu não armazenar agua, eu vou ter
2233 falta de água até para questões básicas. Então essa questão que a gente tem que
2234 pautar em Fernando de Noronha. O Governo do Estado tem sido omissos em
2235 infraestrutura básica, em garantir, inclusive o contrato da cessão de uso, que eu
2236 não sei se tem alguém da SPU aqui, mas tem um contrato da cessão de uso para
2237 Fernando de Noronha e eles têm sido omissos nesse contrato. E o ICMBio tem
2238 que traçar, de fato não oprimir a população que já é de certo oprimida. Há muitos
2239 anos o povo Noronhense tem sido oprimido e não tem nem sequer onde morar.
2240 Então o ICMBio tem que traçar de fato a sua luta, e garantir, e a fazer valer que
2241 está escrito no plano de manejo. Muito obrigado a todos.

2242

2243 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
2244 O companheiro precisava fazer alguma observação?

2245

2246

2247 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Compartilhando esse
2248 depoimento eu precisava que todos vocês brasileiros que aqui estão saber que é
2249 um dos apelos mais importantes que tem no mundo, que é o arquipélago de
2250 Fernando de Noronha, está passando por esse momento difícil, os moradores não
2251 têm onde morar, enquanto existe a principal atividade deles são as pousadas
2252 familiares com dois quatinhos, três quatinhos que abrigam o turista para a
2253 sobrevivência. E enquanto isso, pousadas milionárias chegam a cobrar 1200 reais
2254 uma diária. Enquanto os moradores não tem nenhum espaço para morar. Estão
2255 cedendo, está faltando o que, maior ação, maior atividade do instituto Chico
2256 Mendes. Maior a presença do governo do estado, que tem que no caso a
2257 administração lá, enquanto esse município não tiver a independência a população
2258 não for ainda transformado em um município. Eles vão viver seu tempo nessa
2259 situação. O déficit habitacional é muito grande. A outra coisa precisa um controle
2260 maior, sobre a entrada do turista, não que vá impedir, mas que tenha que saber
2261 quem é o turista que vai, ou aqueles que vão para lá só com passagem de ida,
2262 eles estão disputando o mercado de trabalho com cada um turista gera de um a 3
2263 empregos, esse empregos não estão sendo gerados para os moradores e sim
2264 para os clandestinos que lá estão chegando. E isso é um caso que o Ministério do
2265 Meio Ambiente e pena que não tem ninguém do Governo de Estado aqui para se
2266 manifestar, mas precisamos uma presença marcante do Juiz do Patrimônio da
2267 União, para não deixar que isso continue, essa especulação imobiliária, inclusive
2268 pessoas que moravam em uma casa pobre lá, foram oferecidos de 5 a 7 milhões
2269 de reais para deixar o local para que seja construída uma pousada milionária no
2270 local.

2271

2272

2273 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado,
2274 Francisco. Eu pergunto aos meus companheiros, colegas do ICMBio se querem
2275 fazer alguma complementação adicional. Doutora Larissa, Renato. Ok? Então,
2276 senhores finalizamos nossa pauta. Eu só vou finalizar formalmente, porque aí as
2277 pessoas ficam a vontade, a taquigrafia fica liberada e você passa o vídeo. Então
2278 agradeço a compreensão dos senhores e senhoras. Declaro encerrada a reunião
2279 do CONAMA, e convido aos senhores conselheiros e conselheiras para assistir o
2280 vídeo do nosso companheiro a respeito da valeta. Daquela foto.